**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Implicações socioambientais do turismo e o licenciamento na Bacia
do Rio Formoso, Bonito, MS**

Lucy da Silva Sá Xavier

Tese apresentada para obtenção do
título de Doutora em Ciências
Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2011

Lucy da Silva Sá Xavier
Bacharel e Licenciada em Geografia

**Implicações socioambientais do turismo e do licenciamento na Bacia
do Rio Formoso, Bonito, MS**

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 5890 de 2010

Orientadora:
Profa.Dra. **ODALÉIA TELLES MARCONDES MACHADO QUEIROZ**

Tese apresentada para obtenção do título de Doutora
em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba

2011

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - ESALQ/USP**

Xavier, Lucy da Silva Sá

Implicações socioambientais do turismo e o licenciamento na bacia hidrográfica do rio Formoso- Bonito MS / Lucy da Silva Sá Xavier. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 5890 de 2010. - - Piracicaba, 2011.
110 p. : il.

Tese (Doutorado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2011.

1. Bacia hidrográfica 2. Impactos ambientais 3. Licenciamento 4. Rio Formoso
5. Território 6. Turismo - Aspectos socioambientais I. Título

CDD 338.4791
X3i

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

À Minha Família
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me fez acreditar que tudo é possível quando se luta pelos seus ideais.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a. Odaléia Telles Marcondes M. Queiroz, pelo incentivo, críticas e sugestões relevantes, pela disponibilidade sempre revelada, os meus mais sinceros agradecimentos, extensivos à banca examinadora, composta pelos professores Dr^a. Maria Victoria Ramos Ballester, Dr^a. Edna Maria Facincani, Dr. Milton Mariani e Dr Carlos Eduardo de Freitas Vian.

À Divisão de Biblioteca e Documentação, na pessoa da bibliotecária Sílvia Maria Zinsly, e à Mara Casarin, secretária do PPGI –EA/CENA/USP, pela dedicação e carinho.

A todas as entidades públicas e privadas, em especial, ao IMASUL, à Prefeitura Municipal de Bonito/MS, à SANESUL, à Log Engenharia e aos estabelecimentos turísticos pela disponibilidade demonstrada, aos quais me reservo o direito de não citá-los nominalmente, pois, possivelmente, não caberiam nesta página.

Meu mais sincero e generoso agradecimento ao Dr. Luciano Furtado Loubet e à Promotoria de Justiça de Meio Ambiente da Comarca de Bonito, por sua preciosa colaboração e cedência dos arquivos com os completos diagnósticos das propriedades rurais, objetos deste estudo.

Aos meus filhos André da Silva Sá Xavier e Rafael da Silva Sá Xavier, frutos do meu amor.

Ao meu amado esposo, Eng^o Agr^o Jânio Fagundes Borges, pelas horas de ajuda e valiosa contribuição ao longo desses quatro anos.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, anonimamente, me ajudaram com informações, sugestões, idéias e críticas, muitas das quais essenciais ao desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

MUITO OBRIGADA!

Águas

*Desde começo dos tempos águas e chão se amam.
Eles se entram amorosamente e se fecundam.
Nascem formas rudimentares de seres e de plantas filhos dessa
fecundação.
Nascem peixes para habitar os rios e nascem pássaros para habitar
as árvores.
Águas ainda ajudam na formação das conchas e dos caranguejos.
As águas são a epifania da natureza.
Agora penso nas águas do Pantanal, nos nossos rios infantis que
ainda procuram declives para correr.
Porque as águas deste lugar ainda são espalhadas para o alvoroço
dos pássaros.
Prezo os espalhados destas águas com as suas beijadas garças.
Nossos rios precisam de idade para formar os seus barrancos para
pousar em seus leitos.
Penso com humildade que fui convidado para o banquete destas
águas.
Porque sou de bugre.
Porque sou de brejo.
Acho que as águas iniciam os pássaros.
Acho que as águas iniciam as árvores e os peixes.
E acho que as águas iniciam os homens, nos iniciam, nos
alimentam e nos dessedentam.
Louvo esta fonte de todos os seres, de todas as plantas, de todas
as pedras.
Louvo as natências do homem do Pantanal.
Todos somos devedores destas águas.
Somos todos começos de brejos e de rãs.
E a fala dos nossos vaqueiros carrega murmúrios destas águas.
Parece que a fala de nossos vaqueiros tem consoantes líquidas.
E carrega de umidade as palavras.
Penso que os homens deste lugar são a continuação destas águas.*

Manuel de Barros
Poeta das terras sul-mato-grossense

SUMÁRIO

RESUMO.....	11
ABSTRAC.....	13
LISTA DE FIGURAS	15
LISTA DE TABELAS	17
1 INTRODUÇÃO	19
1.1. Localização e caracterização da área de estudo	22
1.2 Procedimentos Metodológicos	29
2 DESENVOLVIMENTO	33
2.1 Turismo.....	33
2.1.1 Histórico do turismo	33
2.1.2 Turismo e os segmentos de turismo rural e ecológico	37
2.1.3 Os impactos do turismo	40
2.2 QUESTÕES AMBIENTAIS	45
2.2.1 Impacto Ambiental.....	45
2.2.2 Criação de órgãos ambientais	46
2.2.3 Legislação e licenciamento ambientais e o turismo em Mato Grosso do Sul	47
2.2.4 Política Ambiental nas diferentes esferas e atuação ds órgãos executores	51
2.2.5 Promotoria de Meio Ambiente da Comarca de Bonito	60
2.2.6 Prefeitura Municipal da Comarca de Bonito	61
2.2.7.1 Balneário Municipal	63
2.2.7.2 Balneário do Sol.....	65
2.2.7.3 Aquário Natural	67
2.2.7.4 Ilha do Padre	68
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	71
3.1 As intervenções do licenciamento ambiental nos empreendimentos turístico estudados.....	71
3.1.1 Considerações iniciais sobre licenciamento ambiental no rio Formoso...71	
3.1.2 Empreendimentos turísticos estudados.....	73

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	95
4.1 Recomendações.....	98
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE	108

RESUMO

Implicações da atividade turística e o licenciamento na Bacia hidrográfica do Rio Formoso, Bonito, MS

A Bacia hidrográfica do Rio Formoso, Bonito, Mato Grosso do Sul, sofreu um acelerado processo de alteração nas suas margens, decorrente da expansão das práticas turísticas, iniciadas a partir de 1990, quando os donos de terras do seu entorno começaram a desmembrar suas propriedades em pequenos módulos a serem vendidos aos interessados em desenvolver atividades turísticas.

Estudar as implicações dessas atividades junto aos novos empreendimentos localizados na faixa contínua do Rio Formoso, no período de 1996 a 2008, e levantar dados referentes ao Licenciamento Ambiental e às ações desenvolvidas pelo empresariado e pelas instituições públicas são os objetivos desta tese. As informações obtidas poderão vir a ser relevantes subsídios para o poder público, para a orientação e fiscalização do desenvolvimento turístico sustentável da região, sendo também fundamentais para a tomada de decisão por parte dos empreendedores que investem neste segmento. A pesquisa é exploratória, qualitativa e descritiva, baseando-se na análise de dados secundários - bibliográficos, legislação ambiental e cartográficos- e primários, obtidos por meio de questionários e entrevistas, como técnicas de investigação.

A partir das observações feitas nas propriedades pesquisadas, verificou-se que o município de Bonito, principalmente às margens do Rio Formoso, a partir 1990, sofreu intervenções em áreas de APP (Áreas de Preservação Permanente), para implementação da atividade turística, sem licença ambiental, em desacordo com a legislação. Os órgãos competentes tomaram providências para equacionar o problema, incentivando o licenciamento ambiental, obtendo adesão dos proprietários de empreendimentos de turismo.

Os moldes de gestão turística e ambiental observados em Bonito indicam a presença orquestrada dos poderes público e privado que estimulam a diversificação da economia local, trazendo, sim, benefícios socioambientais. Também ficou bem claro que a sociedade local pode ter uma nova relação com a natureza por meio da atividade turística, procurando passar por um processo de apropriação do espaço menos predador, mais conservacionista e inclusivo.

Palavras-Chave: Impacto ambiental; Turismo; Licenciamento; Bacia hidrográfica; Bonito.

ABSTRAC

Tourism Activity Implications and Licensing processes of Formoso River Basin in Bonito-MS

The Formoso River watershed in Bonito, Mato Grosso do Sul State, has gone through an accelerated changing process over its banks, due to expansion of tourism practices. This process has happened since 1990, when the landowners around divided their properties into smaller farms to be sold for those who wanted to set up activities related to tourism.

The objectives of this thesis was to study the implications of tourism activities in connection to new developments situated along the Formoso River over the period from 1996 to 2008, and to present data related to environmental licensing process of enterprises and public institutions.

The information obtained can be an important support for the public segment, to the orientation and supervision of the sustainable development of tourism in the region, besides being a determinant factor for the decision-making of enterprises.

This exploratory, qualitative and descriptive research is based on analysis of secondary data - bibliographical, environmental law and cartographic data- and primary data obtained from questionnaires and interviews.

Through observations of surveyed properties, it was verified, in Bonito and along Formoso River, the intervention in permanent preservation areas for implementation of tourism activities, with no environmental permit, at odd with current legislation. Bodies in charge of this problem have taken steps to solve it by encouraging owners to legalize their areas of service. The features of tourism and environmental management in Bonito show a good relation between public and private sectors that motivates the diversification of the local economy, thereby bringing social and environmental benefits. It also came out very clearly that local society can get a new good relation with nature through tourism practices, seeking a less destructive land appropriation, with a more conservationist and inclusive approach.

Key words: Environmental Impact; Tourism; Licensing; Watershed; Basin; Bonito.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da sub bacia hidrográfica do rio Formoso, Bonito, MS.....	23
Figura 2 - Localização da sub-bacia do rio Miranda no Planalto da BAP,MS.....	24
Figura 3 – Passeio de bote no Rio Formoso, Bonito, MS.....	27
Figura 4 – Guias instruindo turistas da flutuação no rio Formoso, Bonito, MS.....	28
Figura 5 – Turista flutuando no rio Formoso, Bonito, MS.	28
Figura 6 – Arborismo desenvolvido no empreendimento turístico.....	29
Figura 7 – Localização dos municípios aptos a realizar licenciamento ambiental das atividades poluidoras consideradas de baixo Impacto Ambiental.	54
Figura 8 – Localização dos pontos monitorados pelo IMASUL/ Bacia do Rio Formoso ...	56
Figura 9 – Variação da qualidade das águas na Bacia do Rio Formoso, de 1996 a 2001	57
Figura 10 - Estação de Tratamento de Esgoto – ETE. Bonito, MS.	58
Figura 11 - Balneário Municipal e o número de turistas mês – (2001) <i>Voucher</i>	64
Figura 12 - Balneário Municipal e o número de turistas mês (2008) <i>Voucher</i>	64
Figura 13 - Balneário do Sol e o número mensal de turistas (2001) <i>Voucher</i>	66
Figura 14 - Balneário do Sol e o números de turistas (2008) <i>Voucher</i>	66
Figura 15 - Aquário Natural e o número de turistas mês (2001) <i>Voucher</i>	68
Figura 16 - Aquário Natural e o número de turistas mês (2008) <i>Voucher</i>	68
Figura 17 – Ilha do Padre e o número de turistas mês (2001) <i>Voucher</i>	69
Figura 18 - Ilha do Padre e o número de turistas mês (2008) <i>Voucher</i>	70
Figura 19 - Faixa etária dos empreendedores.....	73
Figura 20 - Natural do Municipio de Bonito	74
Figura 21 - Escolaridade dos empresários do turismo	74
Figura 22 - Ano adquiriu a propriedade rural.....	75
Figura 23 - Origem da informação sobre a venda da propriedade.	76
Figura 24 - Atividade econômica na propriedade rural antes de 1990	76
Figura 25 - Atividade econômica na propriedade rural depois de 1990.....	77
Figura 26 – Propriedades com atividade agropecuária às margens do rio Formoso.....	77
Figura 27– Propriedades com atividade turísticas às margens do rio Formoso	78
Figura 28 - Distância da propriedade em relação à area urbana de Bonito	79

Figura 29 - Localização em relação às margens do rio Formoso	79
Figura 30 - Extensão do rio Formoso	80
Figura 31 - Intervenções físicas em APP	81
Figura 32 – Estruturas implantadas na APP do rio Formoso, Bonito	82
Figura 33 – Porque foram construídas em área de APP	82
Figura 34 – Passarela em empreendimentos turísticos do rio Formoso,MS.....	83
Figura 35 – Deque implantado nos empreendimentos turísticos do rio Formoso, MS.....	83
Figura 36 - Estruturas de madeira implantadas nos empreendimentos turísticos do rio Formoso, MS.	84
Figura 37- Número de funcionários em empreendimentos turísticos.....	84
Figura 38 – Motivos para investimento em atividade turística	85
Figura 39 - Práticas sustentáveis nos empreendimentos turísticos	85
Figura 40 - Possui licença do órgão ambiental/IMASUL?	86
Figura 41 - Qual o Tipo de Licença ambiental no estabelecimento?	86
Figura 42 - Empreendimentos turísticos localizados às margens do rio Formoso/Bonito,MS.	87
Figura 43 - Origem dos turistas que visitam Bonito, MS.	89
Figura 44 - Conhece o Projeto Vivo?	90
Figura 45 - Avaliação do projeto Formoso Vivo	91
Figura 46 – A propriedade sofreu penalidade por inadequação ambiental.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Oscilação do fluxo de turistas em atrativos de Bonito, MS (2001 e 2008)	70
Tabela 2- Número de operadoras de botes licenciados pelo Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (IMASUL) entre 2006 e 2009	72
Tabela 3. Empreendimentos turísticos totalizados às margens do rio Formoso: área, modalidade, capacidade suporte.....	88

1 INTRODUÇÃO

O crescimento do turismo e seus diversos segmentos tem sido constante nas últimas décadas; o setor assume importância e significados globais com diferentes implicações econômicas, sociais e ambientais junto aos pólos emissores e, principalmente, nos núcleos receptores de visitantes. As atividades turísticas são responsáveis pela geração de milhões de empregos no mundo todo, estimando-se que metade destes são criados por pequenos e médios empreendimentos (COOPER, 2007).

O presente trabalho teve como propósito demonstrar as conseqüências decorrentes da atividade turística e o licenciamento ambiental na Bacia do Rio Formoso, em Bonito, Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste brasileira. A área sofreu inúmeras modificações nas últimas décadas, observando-se, atualmente, outros aproveitamentos dos recursos locais, evidenciando-se a sua apropriação pelo turismo, alternativa e expressão de diversificação econômica importante para aqueles que permanecem no campo. Os dois principais segmentos desenvolvidos em Bonito são o turismo rural e ecoturismo.

A região possui características singulares no Estado de Mato Grosso do Sul, devido à presença do fenômeno cárstico que criou formas de rara beleza com predomínio de rochas carbonatadas sobre litologias calco-dolomíticas. Essas feições naturais estimulam a exploração para o turismo, muitas vezes, colocando em risco a natureza. Estes atributos paisagísticos precisam de cuidados especiais em função de sua fragilidade (DIAS, 2000).

O município de Bonito e seus arredores possuem grande diversidade de atrativos naturais como rios, cachoeiras, fauna e flora conservadas, grutas e cavernas, numa localização geográfica significativa no Corredor Ecoturístico (abrange PA, AM, MT, MS e PR), também sendo porta de entrada do Pantanal Sul Mato-grossense (BARBOSA e ZAMBONI, 2000).

O turismo rural ganha importância no Brasil e é entendido por Zimmermam (1996) como um produto que atende à demanda de uma clientela atraída pela produção e pelo consumo de bens e serviços, com variedade de recursos existentes naquele espaço.

Cada vez mais as atividades de recreação, de lazer e de turismo assumem formas particularizadas no aproveitamento das potencialidades do meio rural de Bonito.

O ecoturismo vem se difundindo como uma das principais atividades econômicas e, tem como valor positivo, a necessidade da conservação da paisagem natural e da biodiversidade como elementos cênicos de atração turística em rios cristalinos (SABINO e ANDRADE, 2003). O turismo contribui fortemente para o incremento da arrecadação municipal, gerando emprego, renda e melhorias para população de Bonito.

O Programa de Regionalização do Turismo entre as suas diversas ações, instituiu para região o “Roteiro Bonito de Águas Cristalinas” em 2004 (OLIVEIRA, 2010, p121). O Programa definiu, entre outras regiões turísticas, este roteiro como área estratégica na organização do setor com finalidades de planejamento e gestão, considerando que a oferta turística regional pode criar uma identidade pela qualidade e pela originalidade (BRASIL, 2010).

Definiu-se como objetivo geral deste trabalho descrever as implicações do turismo e o processo de licenciamento ambiental na Bacia do Rio Formoso, Bonito, MS, no período de 1996 a 2008.

Os objetivos específicos são: Identificar os empreendimentos turísticos localizados ao longo do rio Formoso e sua estrutura fundiária; buscar informações sobre as ações implementadas pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul/IMASUL nas propriedades rurais do rio Formoso que desenvolvem atividades turísticas; Investigar a adequação destas às exigências legais do licenciamento ambiental estadual.

A legislação ambiental estabelece condições, restrições e medidas de controle para a instalação, ampliação e operação dos empreendimentos, configurando-se como um processo, muitas vezes, lento e oneroso. Levando-se em conta essas dificuldades, elaborou-se como hipótese: os empreendimentos turísticos estudados iniciaram suas atividades em desacordo com a legislação ambiental vigente que exige licenciamento para funcionar.

As margens do Rio Formoso vêm sendo amplamente ocupadas e alteradas pelas atividades turísticas, já evidenciando sinais de saturação. O município como um todo sofreu diversas mudanças de ordens política, econômica e social e, diante deste contexto, foram criadas restrições para uso da terra. Nesse sentido, as ações executadas

pelos órgãos públicos -IMASUL, Ministério Público Estadual, Prefeitura Municipal e Polícia Militar Ambiental- e por empresas privadas do setor de turismo foram importantes e são tratadas nesta pesquisa.

Estudos como este são fundamentais para identificar as ações dos empresários, apoiar o trabalho dos órgãos ambientais e reforçar os cuidados necessários à proteção do meio ambiente, matéria-prima que não deve e não pode ser degradada, pois é um patrimônio de toda humanidade, justificando-se a elaboração desta tese. As informações aqui presentes, configuram-se como importantes contribuições que podem auxiliar na minimização dos impactos gerados pelo turismo, fornecendo elementos que servirão como subsídios para todos os envolvidos.

O trabalho está estruturado em quatro partes. Na Introdução são explicitados os objetivos, hipótese de trabalho, justificativa e a localização e caracterização da área de estudo, contextualizando o município de Bonito, MS, com ênfase nos empreendimentos turísticos da faixa contínua do Rio Formoso. São também descritos os procedimentos metodológicos usados para a realização da pesquisa.

Na segunda parte, Desenvolvimento, são apresentadas as bases que deram suporte teórico à elaboração da tese, destacando-se os conceitos de turismo, os segmentos de turismo no meio rural e ecoturismo, abordando diferentes aspectos da atividade que movimenta milhares de pessoas e ocupa relevante papel nas economias internacional, nacional e regional. Destaca-se a conceituação de impacto ambiental, bem como, aspectos relacionados à legislação e licenciamento ambientais implementados por instituições públicas como a SEMAC e o IMASUL/MS, órgãos responsáveis pelo setor no que se refere ao turismo em Bonito. São também descritos os procedimentos metodológicos usados para a realização da pesquisa.

Os Resultados e Discussão relatam os dados obtidos por meio da pesquisa de campo, relacionando a Política Ambiental nas diferentes esferas com a atuação dos órgãos executores no que se refere ao processo de licenciamento dos empreendimentos turísticos estudados.

As Considerações Finais e Recomendações apresentam as principais conclusões obtidas, evidenciando que os objetivos propostos foram alcançados, bem como, a comprovação da hipótese levantada. Finalizando, as Recomendações relacionadas ao

assunto, destacam a necessidade de uma maior atenção com a implementação das atividades turísticas na bacia do rio Formoso, mitigando e minimizando suas implicações, adequando-as à legislação ambiental vigente.

1.1. Localização e caracterização da área de estudo

O estudo desta pesquisa concentra-se na área das margens do rio Formoso, em aproximadamente 100 km de extensão, no município de Bonito, localizado na porção sudoeste de Mato Grosso do Sul, onde atividades turísticas vem sendo desenvolvidas.

As figuras 1 e 2 a seguir evidenciam a localização da área de estudo. A figura 1 mostra as localizações do estado de Mato Grosso do Sul, da Unidade de Planejamento de Gestão - UPG de Miranda e de Bonito (PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS - PEHR, MS, 2010). Esta figura 1 mostra quatro mapas, o primeiro, à direita, localiza Mato Grosso do Sul no sudoeste do Brasil; o segundo, à esquerda, indica a bacia hidrográfica do Miranda no estado de Mato Grosso do Sul; o terceiro destaca a bacia do rio Formoso à sudoeste da bacia do Miranda; a sede do município de Bonito na bacia do rio Formoso é indicada no quarto mapa da figura 1.

O rio Formoso faz parte da sub-bacia do rio Miranda que, por sua vez, faz parte da bacia do Alto Paraguai. Rego (2002) delimitou a área do pantanal mato-grossense em 10 subregiões, conforme figura 2. Nesta observa-se que a Bacia do Formoso está localizada em área de planalto, na Serra da Bodoquena (SILVA, 2011).

Figura 1 - Localização da sub bacia hidrográfica do rio Formoso, Bonito, MS.

Fonte: Paranhos Filho (UFMS,2009).

Figura 2 - Localização da sub-bacia do rio Miranda no Planalto da BAP,MS.

Fonte: Rego (2002). Modificado por Silva (2011).

Os atrativos naturais da região estão associados à riqueza em biodiversidade do Cerrado (Floresta Semi-decídua ou Estacional) e das matas de galeria, bem como relacionados aos recursos hídricos e formas de relevo existentes. Os principais rios do município são: Miranda, Formoso e Rio da Prata, todos da Bacia hidrográfica do Alto Paraguai (PNRH,2006).

Bonito está inserido na Microrregião Geográfica denominada Bodoquena (MRG-09), com área territorial de 4.934 km² e altitude média de 315 metros. Abriga uma população de 17.856 habitantes, tendo com principais atividades econômicas a agropecuária, a mineração e, mais recentemente, o turismo (IBGE,2009).

A grande maioria dos empreendimentos localiza-se em área próxima ao centro urbano de Bonito, concentrando-se próximos uns dos outros, no trecho médio do Rio Formoso. A paisagem natural passou a ter uma valoração diferenciada, sendo consolidada por uma lógica de mercado.

Os rios da região são cársticos, desaparecendo no subsolo em alguns trechos, transformando-se em fluxos de água subterrânea. A área possui um maciço rochoso calcário elevado, na Serra da Bodoquena, onde as águas infiltram e ressurgem na planície abaixo, formando os olhos d'água e rios transparentes (BOGGIANI,1999). O rio Formoso e seus afluentes foram enquadrados na Classe Especial ¹ e Classe 2 ², isto é, dentro da classificação de águas, estes canais fluviais têm usos nobres e considerados de boa qualidade, mais um motivo para configurarem-se como atrativos turísticos (MATO GROSSO DO SUL,2005).

O Parque Nacional da Serra da Bodoquena, localizado ao sudoeste do Estado do Mato Grosso do Sul, abrangendo parte dos municípios de Bodoquena, Jardim, Porto Murtinho e Bonito, é de grande importância no contexto nacional, pois integra o corredor de biodiversidade entre o Cerrado e o Pantanal, com altitude média variando entre 400 e 500 metros, podendo chegar a 770 metros em alguns pontos (MATTOS,2004).

---

¹ Na Classe Especial incluem-se as águas destinadas ao abastecimento doméstico, sem prévia ou com simples desinfecção, bem como a preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas, IMASUL,2000

² Na Classe 2, as águas para abastecimento doméstico passam por tratamento convencional, sendo destinadas à proteção das comunidades aquáticas, à recreação de contato primário (esqui-aquático, natação e mergulho), à irrigação de hortaliças e plantas frutíferas e à criação natural e/ou intensiva (eqüicultura) de espécies destinadas à alimentação humana, IMASUL, 2000.

A Serra da Bodoquena é parte do planalto que circunda o Pantanal, planície ocupada por fazendas que desenvolvem atividades turísticas, geralmente, com área superior a dois mil hectares e, na maioria das vezes, administradas pelos próprios proprietários que estão há décadas no local. Por outro lado, as propriedades em Bonito, MS, notadamente aquelas localizadas às margens do Rio Formoso, área objeto deste estudo, possuem áreas a partir de 3 hectares até, aproximadamente, 700 hectares. Embora estes dois conjuntos de propriedades possuam dimensões muito díspares, guardam em comum a exuberância da paisagem natural com seus ecossistemas originais ainda razoavelmente conservados, passando, atualmente, por processo de implantação de pluriatividades, tendo o turismo como uma das principais tendências de desenvolvimento a partir de 1990. Este é o marco referencial da profissionalização, dos investimentos em infraestrutura e do ordenamento legal do turismo no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Gruta do Lago Azul, em Bonito, foi o primeiro atrativo a ser formatado e adequado para receber visitantes. Em 1986, foi criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONDEMA. Em 1987 e 1988, a Prefeitura Municipal desapropriou a área, onde é, hoje, o Balneário Municipal. Em 1989 foi instalada, na cidade, a primeira agência de turismo, a Hapacny, segundo relato de Behr (2001).

O mesmo autor relata, também, que as agências de turismo são responsáveis por boa parte da divulgação de todos os serviços turísticos da Serra da Bodoquena, desde sítios turísticos, meios de hospedagem, transportes, guias e alimentação. Essas empresas também fazem o planejamento, intermediação de passeios e execução de roteiros turísticos para atender os visitantes.

Pivatto (2000) constatou a existência de 28 agências operando no mercado local, com, aproximadamente, 80 guias de turismo credenciados pela EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo). Registrou, ainda, o incremento nos serviços de locação de automóveis e de bicicletas, além do crescente número de restaurantes, bares e lanchonetes.

Cabe às agências, a responsabilidade pelas visitas aos atuais 40 atrativos de Bonito, como passeios de bote, flutuação, cachoeiras, mergulho, caminhada, circuito

rural, além das práticas de aventura: rapel³, arborismo e quadriciclo, com acompanhamento obrigatório de guia de turismo treinado, credenciado pela EMBRATUR, usando equipamentos especiais para cada tipo de recreação. No caso da flutuação o uso obrigatório de equipamento que permite ao visitante boiar na água sem precisar tocar o substrato e a vegetação do leito do rio. As figura 3, 4, 5 e 6 mostram os vários tipos de atividade e equipamentos necessários para os desenvolvimentos das atividades turísticas.

O rol de investimentos demandados por esses atrativos fomentou fortemente a expansão da rede hoteleira, atraindo empresas e pessoal especializado na prestação desses serviços.

Figura 3 – Passeio de bote no Rio Formoso, Bonito, MS.
Fonte: Xavier (2010).

---

³ Rapel é uma palavra que em francês quer dizer "chamar" ou "recuperar" e foi usada para batizar a técnica de descida por cordas, praticada em montanhismo, escalada, *canyoning* e em outras atividades afins. (Acessado: 27/04/2011 <http://www.trilhaseaventuras.com.br/atividades/materia>).

Figura 4 – Guias instruindo turistas da flutuação no rio Formoso, Bonito, MS.
Fonte: Xavier (2009).

Figura 5 – Turista flutuando no rio Formoso, Bonito, MS.
Fonte: Xavier (2009).

Figura 6 – Arborismo desenvolvido no empreendimento turístico
Fonte: Xavier (2000).

1.2 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa configurou-se como exploratória e qualitativa, fundamentada em uma abordagem descritiva da realidade reinante em área de estudo de caso, baseando-se na análise de dados secundários (levantamento e revisão da bibliografia, da legislação ambiental e de dados cartográficos) e primários, obtidos por meio de questionários e entrevistas, como técnicas de investigação. Buscou-se levantar e explicar as causas, as origens das mudanças observadas na área de estudo, sistematizando as informações obtidas de maneira objetiva em “processo cognitivo centralizado no objeto [...], analisado segundo as leis do raciocínio lógico-dedutivo [...]” (SPOSITO, 2001, p.100).

Procurou-se detectar e compreender as interrelações entre os fenômenos observados na área de estudo, “dos elementos da estrutura econômica com os da superestrutura social, política, jurídica [...]” (SPOSITO, 2001, p.103).

O ponto de partida do estudo da implantação do turismo, suas implicações e o licenciamento na bacia do Rio Formoso, em Bonito, deu-se com levantamento de dados

junto à 18 propriedades com empreendimentos do setor (são 20 no total), situadas às margens deste curso d'água. A pesquisa bibliográfica envolveu uma série de elementos documentais com investigação de relatórios técnicos, diagnósticos e artigos disponíveis nos arquivos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC), do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), da Promotoria Pública da Comarca e da Prefeitura Municipal de Bonito, MS.

Foi também investigado o procedimento de licenciamento ambiental que ocorreu na faixa contínua do rio Formoso, no período de 1996 a 2008, por meio do exame de diversos processos e das ações desenvolvidas pelas instituições públicas e privadas envolvidas com o assunto. O material forneceu informações que fundamentaram a elaboração de questionário com 51 perguntas (Apêndice), algumas fechadas (estruturadas), outras semi-abertas (semi-estruturadas) e poucas abertas (não estruturadas) que foram respondidas pelos proprietários ou gerentes dos estabelecimentos estudados (DUARTE, 2001).

Essas investigações realizadas com a aplicação dos questionários permitiram identificar as diferentes maneiras de descrever os acontecimentos e processos que vêm acontecendo na área de estudo. A coleta de dados foi realizada entre novembro de 2008 e outubro de 2009.

O questionário apresenta conjuntos de perguntas; inicialmente, volta-se para a definição do perfil do proprietário (perguntas de 1 a 7), considerados, nesta pesquisa, informantes essenciais por estarem diretamente envolvidos com a temática central. Há perguntas direcionadas para obtenção de informações sobre a localização e caracterização geral da propriedade e suas relações com os aspectos ambientais legais (perguntas de 8 a 23). As perguntas seguintes relacionam-se mais diretamente às atividades turísticas e implicações ambientais (perguntas de 24 a 42). Finalmente, os questionamentos voltam-se mais especificamente para as ações das gestões públicas municipal e regional relacionadas às iniciativas de recuperação e educação ambientais (perguntas de 43 a 50), havendo somente uma pergunta aberta (51). A partir daí, foi possível delinear o impacto do desenvolvimento das atividades turísticas naquela área.

Foram realizadas entrevistas com membros da equipe técnica de engenharia de órgão ambiental e empresa particular do setor para levantar informações fundamentais

sobre os procedimentos implementados na área estudada em relação ao processo de licenciamento ambiental.

A entrevista é uma técnica clássica de obtenção de informações nas ciências sociais, com larga adoção em áreas como sociologia, comunicação, antropologia, administração, educação e psicologia... técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada (DUARTE, 2001, p.1).

Selltiz et al. (1987) afirmam que a entrevista é conveniente para encaminhamento de estudos do tipo exploratório, aqueles que versam sobre percepções e visões para uma melhor compreensão do assunto analisado, podendo ser aplicada também para o tipo descritivo, procurando delinear um certo contexto.

Para elaboração dos mapas, inicialmente o cartograma de localização dos empreendimentos turísticos estudados foi utilizado o Sistema de Informação Geográfica (SIG) e o Sistema Global de Posicionamento (GPS). Para a confecção do mapa de localização dos pontos monitorados pelo IMASUL na bacia do rio Formoso houve consulta aos relatórios de monitoramento de qualidade das águas, cuja base cartográfica foi manipulada em ambiente computacional, utilizando-se o *software Arc View 3.2*, Esri, 1998⁴ e os arquivos em formato vetorial *Shapefile*. As coordenadas geográficas da rede de monitoramento⁵ e dos empreendimentos turísticos foram importadas para ambiente SIG, utilizando-se a interface do *software Excel*⁶ para reconhecimento no programa *Arc View 3.2*, Esri, (1998). A delimitação da micro-bacia hidrográfica utilizada e da rede de drenagem foi feita de acordo com Torres⁷ (2006).

---

⁴ Esri Inc. Arc View Version 3.2. Environmental Systems Research Institute Inc. New York. 1998. 1 Cd Rom.

⁵ Relatório de Qualidade das Águas Superficiais da Bacia do Alto Paraguai/MS.

⁶ Microsoft. Microsoft Office Excel versão 10.2614. EUA. 2003. Microsoft Corporation: 1 CD-ROM.

⁷ TORRES, Thais Gisele (et al). Utilização dos dados SRTM na geração dos limites da bacia hidrográfica do rio Formoso (Bonito, MS). Anais 1º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, Campo Grande, Brasil, Embrapa Informática Agropecuária/INPE, 2006, p.145-154.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Turismo

2.1.1 Histórico do turismo

O turismo, nos moldes que conhecemos hoje, começou a partir da segunda metade do século XIX, quando foram organizadas as primeiras atividades do setor. Os autores Lage e Milone (1991) citam o pioneiro Thomas Cook que, em 1841, fretou um trem para transportar pessoas, realizando a primeira viagem agenciada na Inglaterra. Cook trabalhou como operador e depois como agente de viagens, sendo o primeiro a oferecer um pacote único de férias. Inicialmente, o turismo esteve marcado pelo trem, em âmbito nacional, e pelo navio, em âmbito internacional. Toda a sociedade foi beneficiada em decorrência da melhoria dos transportes, do comércio, da indústria, dos serviços e da especialização da mão de obra.

Mas foi a partir das décadas de 50 e 60 ainda no século XX, que o turismo se transformou em uma atividade de massa bastante significativa, em termos socioeconômicos e culturais.

Ao mesmo tempo em que ocorre o crescimento do turismo e sua massificação, surge uma maior consciência ecológica que incentiva a busca por ambientes mais limpos, belos, verdes, longe do concreto cinza urbano. Neste sentido, a paisagem natural com suas belezas cênicas tende a ser apropriada como objeto de consumo pela sociedade urbana, num movimento turístico que pode dinamizar áreas rurais e espaços litorâneos que oferecem uma visão diferente daquela habitual residência na cidade (QUEIROZ, 2009, p.23).

Ruschmann (1994) destaca quatro fases do turismo, tendo como premissa o meio ambiente:

- a. Na primeira fase, no século XVIII, com a descoberta da natureza e das comunidades receptoras, o homem passa a valorizá-la, mas de uma forma simplista.
- b. A segunda fase situa-se entre os séculos XIX e XX, quando não havia a preocupação com a proteção ambiental. A intensificação da demanda

estimulou as construções e a expansão imobiliária que, atualmente, caracterizam os centros turísticos mais antigos da Europa.

- c. A terceira fase do turismo de massa, com grande impacto ambiental, ocorre a partir de 1950, tendo seu apogeu no transcorrer de 1970 a 1980. A demanda turística dos países desenvolvidos cresceu em ritmo muito rápido e as localidades turísticas viveram uma expansão sem precedente, deixando o litoral saturado. A urbanização nos vales das montanhas da Europa se multiplicou, atendendo à demanda dos esportes de inverno.
- d. A quarta fase ocorreu depois de 1980 e permanece até os dias atuais, quando o turismo de natureza, em locais mais distantes, foram utilizados para vôos de asa delta, esqui nas encostas, passeios de caiaques nas correntezas mais fortes e canoagem, valorizando os cursos d'água. Os diversos componentes da natureza tornaram-se motivos para descobertas e aventuras, assim, surgindo um novo mercado.

Ainda, segundo a autora, a natureza é apreciada há muito tempo e, no mundo contemporâneo, o turismo é um grande consumidor do meio ambiente, certamente uma consequência da fuga dos tumultos dos grandes centros urbanos, na tentativa de se recuperar o equilíbrio em contato com o verde. O grande número de pessoas em busca do ambiente natural faz com que o planejamento dos espaços, dos equipamentos e das atividades turísticas se apresente como fundamental, para evitar danos ao meio visitado, sem prejudicar os recursos naturais para as gerações futuras.

A demanda se sensibiliza, cada vez mais com as questões ambientais, a ponto de reagir diante de algumas situações, como por exemplo, o abandono da costa do Mar Adriático, poluída por algas e, das costas mediterrâneas, muito urbanizadas. A natureza conservada ganha força no contexto turístico internacional, no qual, a concorrência é intensa, constituindo-se na grande força mercadológica para os turistas do século XXI, segundo Ruschmann (1994).

Rodrigues (1999) mostra que o modelo de produção do espaço turístico pode estar desconectado do entorno, como é o caso de Las Vegas, a maior concentração de hotéis de luxo do mundo, num espaço produzido artificialmente pelo turismo e para o turismo. Este encaminhamento foi se multiplicando mundialmente no final de século XX, como

por exemplo, em Cancun, México, que se tornou grande captador de divisas no setor do turismo internacional. O projeto, criado e financiado por capitais transnacionais, é completamente desvinculado da realidade regional. Ele exige grande volume de investimento, incluindo grandes empresas de hotelarias e de equipamentos de lazer, como os parques temáticos voltados para os estratos médio e alto da população.

O turismo no Brasil mostrou-se ativo na segunda metade do século XX, ou seja, a partir dos avanços da industrialização e da urbanização, quando o espaço geográfico passou por transformações. A partir de 1950, deu-se o crescimento da demanda por entretenimento que, associada à expansão e à modernização da infraestrutura de transportes, levou o turismo, ainda que timidamente, a se diversificar em vários Estados da Federação. Assim, em alguns municípios costeiros surgiram os primeiros hotéis voltados para o lazer, segundo Proserpio (2002).

O autor relata ainda que, na década de 60, com a instauração dos governos militares, o turismo foi impulsionado pela criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), que passou a atuar no setor por meio de financiamento, construção e participação acionária na expansão da rede hoteleira, bem como na implantação de grandes centros de convenções. É neste contexto que chegam, ao país, as primeiras grandes redes hoteleiras internacionais, cujo efeito imediato foi a melhoria da qualidade dos meios de hospedagem locais. Contudo, as iniciativas da Embratur, no período, como representante do governo federal, foram limitadas e sem a devida valorização.

Em 1990, com a estabilização da economia, iniciou-se um novo ciclo de investimentos na modernização do parque hoteleiro no Brasil, com apoio dos fundos institucionais, construtoras e incorporadoras imobiliárias, que passaram a ter o papel de financiadores dos novos projetos. Outra importante contribuição diz respeito aos investimentos do poder público em infraestrutura, por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur)⁸ e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁹.

---

⁸ Foi criado para incentivar o turismo, com foco na dinamização e fortalecimento do município e da participação social, visando ainda ao desenvolvimento regional tendo em vista a conquista da sustentabilidade e reais benefícios à população das áreas turísticas, mediante a implementação de novas estratégias baseadas na participação popular e fortalecimento da gestão local.

⁹ Banco Nacional do Desenvolvimento - financia, aprova e investe em projeto de pesquisa.

De 1990 ao início da última década, intensificou-se a ação do estado brasileiro na adequação do território nacional para uma apropriação pelo turismo. Os grandes programas de governo como as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e do Programa Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo (PROECOTUR) são demonstrações do crescente papel indutor do Estado brasileiro no setor de turismo, embora tais iniciativas tenham tido limitações, principalmente, no tocante ao incentivo à capacitação dos municípios com potencialidade e interesse no setor. Somam-se a esses documentos a Política Nacional de Turismo 1996-1999 e o Plano Nacional de Turismo versão 2003-2007 (CRUZ,2005).

Foram definidos macroprogramas pelo Plano Nacional de Turismo, relacionados à gestão, fomento e infra-estrutura, estruturação da oferta turística, qualidade do produto turístico, apoio à comercialização e Informações turísticas.

Após longos anos sem a devida atenção e valorização pela administração pública, a atividade turística passou a ocupar lugar de destaque no planejamento governamental, processo este que culmina com a criação do Ministério do Turismo, em 2003. Havia uma reivindicação constante do setor turístico nacional neste sentido, e, assim, o Mintur foi concebido para implementar articulações com os demais Ministérios, com os governos estaduais e municipais, com o poder legislativo, com o setor empresarial e a sociedade, buscando a integração das políticas públicas e o setor privado, otimizando os possíveis resultados (MINTUR, 2003)

O Plano Nacional de Turismo teve continuidade com a versão 2007-2010. Este Plano, definido como “uma Viagem de Inclusão” é considerado pelo Mintur (2003) como um instrumento de planejamento e gestão, elaborado com objetivo de tratar a atividade turística como indutora de desenvolvimento, geração de emprego e renda. É neste contexto que o Estado reorganiza o território, buscando transformá-lo em espaço moderno para servir à nova atividade econômica, o turismo.

Lopes (2006) destaca a evolução do mercado turístico nacional, nos últimos anos, principalmente, com o aumento de visitantes estrangeiros. O país cresceu de forma surpreendente em recebimento de turistas internacionais.

Por outro lado, é relevante dizer que, mesmo sendo a criação do Ministério do Turismo bem vinda pelos diversos atores sociais envolvidos com o setor (empresariado,

população dos polos receptivos de visitantes e estudiosos), é, por outro lado, um fato paradoxal, pois guarda em si muitas contradições; a que mais chama a atenção refere-se a própria concentração de decisões e ações em apenas um órgão de administração. Turismo é uma atividade multifacetada, movimenta muitos setores e pessoas pelos territórios transformando-os, evidenciando-se que não é um tema para ser abordado por apenas um órgão público (SANSOLO e CRUZ, 2003).

O que se pode afirmar é que há, ainda, um longo caminho a percorrer em termos de gestão pública da atividade turística no Brasil apesar da criação do Ministério do Turismo. Caminho este que deverá passar pelos diversos segmentos turísticos expandindo o mercado interno e fortalecendo as funções sociais da atividade, integrando o governo, a iniciativa privada e o terceiro setor, buscando novos turistas e novos destinos, com investimentos em qualificação profissional contribuindo para uma possível redução de desigualdades.

2.1.2 Turismo e os segmentos de turismo rural e ecológico

Na sociedade moderna, essencialmente urbana e tecnológica, houve um incremento significativo do turismo como fenômeno pelo qual o homem pode se deslocar até espaços consideravelmente distantes, para usufruir de suas belezas naturais e históricas. A expansão do turismo é uma realidade, configurando-se como uma atividade social e econômica das mais importantes no mundo contemporâneo, podendo ser definida de diversas maneiras, segundo os interesses dos envolvidos.

O turismo é um dos fenômenos que melhor caracteriza o modo de viver das sociedades modernas, constituindo uma consequência de necessidades nos domínios do lazer, da cultura, da religião, da actividade profissional e do conhecimento de outras terras e de outros povos (COSTA; RITA; ÁGUAS, 2001, p.2).

As fontes que sustentam os deslocamentos de pessoas com finalidades especificamente turísticas são os recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria-prima da atividade turística. Esse conjunto agrega valor aos serviços produzidos, dando consistência ao seu consumo, os quais compõem os elementos que integram a oferta, numa estrutura de mercado (BENI, 2006).

O autor relata ainda que cada empresa vende o seu produto, como sendo único e diferenciado dos demais. Exemplificando:

Não existem dois hotéis iguais nem instalados no mesmo lugar; o que um oferece, o outro não o fará exatamente da mesma maneira. O roteiro turístico que é produzido e comercializado por uma operadora não é vendido com todos os detalhes por nenhuma outra empresa, exatamente da mesma maneira (BENI, 2006, p.160).

Pode-se afirmar que

consensualmente, o turismo é visto como um fenômeno histórico, nascido da extensão do tempo livre pela redução do tempo de trabalho ... do estabelecimento de férias e finais de semana remunerados; do desenvolvimento dos transportes e do aumento dos salários, criando um novo modo de vida na sociedade moderna (QUEIROZ, 2000, p.11).

As motivações da demanda turística são diversas, muitas direcionadas à valorização dos aspectos ambientais, paisagísticos e culturais, bem como, à qualidade dos serviços e dos produtos oferecidos no polo receptor, segmentando-se cada vez mais.

Com dinamismo, a atividade turística rural desponta, com grandes possibilidades de sucesso no Brasil, sendo relevante a quantidade de propriedades que vêm assumindo este segmento. Desenvolve atividades relacionadas aos costumes e tradições da vida no campo vinculados aos valores religiosos, gastronômicos e artísticos com destaque para dança e música regionais.

A prática de visitação às propriedades rurais é usual e antiga em nosso país, mas só há pouco mais de duas décadas o costume passou a ser encarado como uma atividade econômica e definida como Turismo Rural. Nos anos de 1980, “propriedades em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, devido às dificuldades do setor agropecuário, resolveram diversificar suas atividades e passaram a receber turistas (BRASIL, 2003, p.9)”.

Turismo rural é considerado por Graziano da Silva et al (1998, p.14) como “[...] atividades de lazer no meio rural em várias modalidades [...] com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico [...] turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo [...]”

Definição elaborada pela equipe técnica do Ministério do Turismo com contribuições da área acadêmica considera que “Turismo Rural como o conjunto de atividades

turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL,2003, p.12).

É necessária uma estruturação para que o turismo rural não aconteça de forma inadequada e desordenada como tantos outros segmentos, observando-se que os principais interesses do visitante que procura o campo relacionam-se aos aspectos da atividade produtiva e pela maneira de viver das comunidades, bem como, pela natureza, bem diferente da paisagem urbana (BRASIL, 2003).

O autor Batista afirma que:

“O turismo no meio rural tem um papel fundamental na gestão do território. Pode contribuir para a valorização deste, pois ao mesmo tempo que depende da gestão do espaço local e rural para o seu sucesso, contribui para a proteção ambiental e a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural (BATISTA, 2010).”

Nesta perspectiva de mudanças de comportamento do turista, um outro segmento importante que surge é o de Ecoturismo voltado para preservação da natureza, desenvolvido em ambientes naturais, utilizando a paisagem como cenário; é praticado em pequena escala (oposto ao turismo de massa), com baixo impacto, procurando assegurar uma distribuição mais equitativa dos custos e benefícios, gerando empregos e acontecendo em consonância com a capacidade de carga do ecossistema local (ALMEIDA,2007).

O Ecoturismo deve ser implementado por meio de planejamento participativo em bases sustentáveis, valorizando-se as especificidades locais, principalmente no que se refere à implementação de equipamentos e qualificação profissional.

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2000, p.16).

O Turismo Rural e o Ecoturismo são os dois segmentos de maior destaque em Bonito, MS (como já foi dito anteriormente), pelas suas potencialidades ambientais, passando por modificações acompanhadas de consequências positivas e negativas para região.

A paisagem natural local ganhou visibilidade na mídia e passou a ser divulgada no final da década de 1980, valorizando-se temas regionais e incentivando o turismo rural e ecológico, voltado, em princípio, para a pesca esportiva. Mais tarde, os fazendeiros começaram a investir no turismo rural, diversificando a atividade econômica, cuja tradição predominantemente continua sendo a pecuária (XAVIER, 2007).

As crises cíclicas do modelo econômico da pecuária extensiva de corte, caracterizada pelo seu baixo rendimento por unidade de área, somada às divisões das propriedades pela sucessão de herdeiros, também contribuíram significativamente para a divisão territorial em estudo, aumentando o número de imóveis de menor área e atraindo novos proprietários. A atividade turística compensa, gradativamente, de alguma forma, a perda causada pelo decréscimo da pecuária e da pouca agricultura no complexo da Serra da Bodoquena.

2.1.3 Os impactos do turismo

O turismo, como tantas outras atividades econômicas, causa impactos ambientais e em Bonito, área de estudo deste trabalho, também intensifica essa situação de degradação quando não recebe o direcionamento adequado. De acordo com a legislação brasileira, considera-se impacto ambiental:

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V - a qualidade dos recursos ambientais (Resolução CONAMA 001, de 23.01.1986).

Desde modo, juridicamente, o conceito de impacto ambiental refere-se aos efeitos da ação humana sobre o meio ambiente. Portanto, fenômenos naturais, como: tempestades, enchentes, incêndios florestais por causa natural, terremotos e outros, apesar de poderem provocar as alterações ressaltadas não caracterizam como impacto ambiental.

Lage e Milone (2000) explicam que o turismo pode provocar impacto econômico, direto e indireto. Os efeitos positivos da atividade turística são: aumento da renda do núcleo receptivo com entrada de divisas, estimula investimentos, gera empregos e contribui para a redistribuição de riqueza. Entretanto, por outro lado, dependendo das circunstâncias, o turismo pode provocar impactos negativos, tais como: pressão inflacionária, dependência econômica e elevados custos sociais e ambientais.

Como toda atividade antrópica, o turismo causa uma série de impactos. De acordo com Ruschmann (1994) os impactos do turismo são decorrentes do seu processo de desenvolvimento em núcleos receptores, tendo implicações de diferentes intensidades e direções, entretanto, os seus resultados são, na maioria das vezes, irreversíveis quando acontecem no meio natural.

De acordo com Ruschmann (1994), os impactos econômicos decorrentes do turismo são, geralmente, os mais estudados e esperados quando são positivos. Os benefícios econômicos do turismo:

- a) Geração de empregos e renda;
- b) Aumento de divisas;
- c) Aumento de arrecadação de impostos;
- d) Criação e desenvolvimento de empresas;
- e) Descentralização de riquezas;
- f) Diversificação da economia;
- g) Maior distribuição e circulação de renda;
- h) Expansão das oportunidades locais;
- i) Atração de investimentos diversificados.

Os prejuízos econômicos do turismo:

- a) Especulação imobiliária;
- b) Aumento da economia informal;
- c) Aumento do custo de vida;
- d) Inflação.

Os benefícios sociais do turismo:

- a) Diminuição do índice de desemprego;
- b) Melhoria e desenvolvimento da infra-estrutura;
- c) Capacitação profissional;
- d) Aumento da mão de obra especializada;
- e) Melhoria da qualidade de vida;
- f) Desenvolvimento da estrutura urbana;
- g) Aumento de atividades de lazer;
- h) Incremento da qualidade de prestação de serviços;
- i) Divulgação do município;
- j) Integração e desenvolvimento regional.

Os prejuízos sociais do turismo:

- a) Imigração desordenada;
- b) Aumento da prostituição;
- c) Tráfico de drogas;
- d) Acúmulo de lixo urbano e rural;
- e) Aumento da poluição, congestionamento, e tráfego urbano;
- f) Exploração do turista;
- g) Crescimento desordenado;
- h) Aumento da criminalidade e do vandalismo;
- i) Desconforto e evasão da população local;
- j) Rejeição do turista pelos residentes;
- k) Desagregação familiar;
- l) Aumento da população sazonal;
- m) Problemas de infra - estrutura básica.

Os impactos culturais do turismo podem ser favoráveis evidenciados por Ruschmann (1994) como: valorização do artesanato; valorização da herança cultural; orgulho étnico; valorização e preservação do patrimônio histórico. Os impactos

desfavoráveis: descaracterização do artesanato; vulgarização das manifestações tradicionais e destruição do patrimônio histórico.

Os impactos ambientais positivos do turismo são enumerados por Ruschmann (1994) como: recuperação psicofísica dos indivíduos; valorização do convívio com a natureza; criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e de monumentos históricos; descoberta e a acessibilidade de certos aspectos naturais em regiões não valorizadas. Os impactos negativos do turismo: ocupação e destruição de áreas naturais; urbanização sem planejamento e aumento de tráfego; poluição sonora, visual, do ar e da água; aumento de consumo de energia; destruição da fauna e da flora.

Nem todos os impactos das atividades turísticas citados podem ser observados no município de Bonito. Os benefícios mais evidentes que podem ser citados: criação de empregos, geração e circulação de renda; aumento de arrecadação de impostos; surgimento de empresas; diversificação da economia, principalmente na área rural; aumento de oportunidades como a capacitação profissional acarretando certa expansão da capacidade local da mão de obra especializada; incremento da qualidade de prestação de serviços; grande divulgação do município em nível nacional.

Entre os prejuízos econômicos do turismo em Bonito pode-se mencionar o aumento do custo de vida, configurando-se como um fator negativo para população local. Em relação aos impactos ambientais do turismo em Bonito pode-se dizer que houve sim aumento da geração de resíduos sólidos.

A pesquisadora Rodrigues (1996) afirma que aspectos negativos do turismo em relação ao meio ambiente são: sobrecarga na rede de esgotos, acúmulo de lixo, dentre outros.

Enfim, pode-se dizer que a atividade turística é multifacetada e tem efeitos econômicos, sociais, culturais e ambientais resultantes da sua articulação com outros setores, provocando mudanças que podem ser benéficas ou negativas. O turismo, segundo Coriolano (2003) não deve ser considerado a redenção de um lugar, nem tão pouco uma atividade amaldiçoada, sendo necessário verticalizar em seus aspectos mais específicos que só estão visíveis em cada núcleo receptor. Por isso:

O planejamento e a gestão do turismo devem visar à sustentabilidade da atividade, ou seja, perseguir a maximização dos impactos positivos e minimizar

os impactos negativos. O desenvolvimento do turismo pode trazer benefícios e custos para a comunidade local. São inegáveis os benefícios relacionados à criação de empregos, geração de renda, divisas geradas... e aumento da arrecadação de impostos em razão dos gastos dos turistas na localidade. No entanto, a distribuição dos benefícios nem sempre é igualitária. O turismo pode propiciar à população residente o acesso aos serviços relacionados ao saneamento, comunicação, segurança, limpeza, melhoria de estradas, aeroportos, novos hotéis, museus, variedade de restaurantes e de atividades de lazer. No entanto, há lugares em que toda essa infra-estrutura é construída para beneficiar muito mais o turista do que a comunidade local, criando apartheids sociais, como é o caso de muitos resorts espalhados pelo Brasil e países africanos, asiáticos e caribenhos.

O turismo pode proporcionar melhores rendimentos e salários para a população local, engajada na produção de bens e serviços turísticos, ao contrário de constituir uma parcela da população que sofre as consequências da valorização do espaço pelo alto valor dos aluguéis, das terras, dos produtos alimentícios, enfim, do custo de vida. É muito grande a capacidade de geração de empregos no turismo. Milhões de pessoas atualmente trabalham envolvidas na direção e funcionamento do turismo e nos serviços dele originados, como transporte, agricultura, bancos etc., além dos empregos indiretos. Nas economias desenvolvidas, o resultado é mais positivo do que em países pobres. Nestes últimos, por exemplo, verifica-se o aumento da demanda de empregos no período de construção da infra-estrutura turística, o que encoraja o abandono das atividades tradicionais (lavoura, pecuária, pesca). Concluída essa fase, tal mão-de-obra não é absorvida pelo mercado ou, então, devido à falta de qualificação, tem baixa remuneração. Isto sem falar no caráter de sazonalidade do trabalho, que é regulado pela alta e baixa temporadas.

Do ponto de vista social e cultural há, também, benefícios e custos. Se o encontro de culturas de diferentes partes do mundo pode provocar compreensão e tolerância, também pode provocar alterações nos padrões culturais de uma sociedade. Tal é o caso da banalização da arte folclórica nativa pela intensa exposição; da ameaça de mudança de valores culturais dos jovens que tentam imitar hábitos, linguagens, roupas dos visitantes, sem falar no consumo de drogas, prostituição e aumento de violência.

Quando o produto turístico é baseado em atrações de áreas naturais (vida selvagem, monumentos arqueológicos e históricos, preservação de sítios), exige ainda mais cuidados e respeito para com a capacidade de carga, para que as qualidades do destino turístico não sejam irremediavelmente perdidas (TRIGO et al, 2007, p.24).

Algumas medidas que podem minimizar os impactos ambientais do turismo de acordo com Ruschmann (1997) são: observar, atentamente, as novas construções voltadas para o setor, sua arquitetura e planejamento; zelar pela preservação ambiental de áreas protegidas ou ameaçadas, de espécies de fauna e flora, de paisagens; economizar o consumo de energia e de água, incentivando o tratamento de esgotos; reduzir e reciclar o lixo; controlar e diminuir a emissão de gases e outros poluentes; proteger sítios históricos e religiosos; respeitar os interesses da comunidade local, conservando suas tradições e sua cultura; considerar os aspectos ambientais como fatores fundamentais na capacidade de desenvolvimento de destinações turísticas.

2.2 QUESTÕES AMBIENTAIS

2.2.1 Impacto Ambiental

O mundo atual baseando-se, fundamentalmente, no desenvolvimento voltado para os aspectos econômicos tende a ter, cada vez mais, problemas ambientais de difícil resolução. Devido ao uso abusivo dos recursos naturais, várias conseqüências estão aparecendo como desertificação, causada pelo desmatamento, queimadas, extinção de espécies da fauna e da flora. Cria-se, assim, uma necessidade de avaliação sobre a situação, pensando-se em possibilidades de minimização e mitigação dos inúmeros impactos ambientais decorrentes de ações humanas.

O objetivo do estudo dos impactos ambientais é avaliar as conseqüências de algumas ações, para que possa haver a prevenção da qualidade de determinado ambiente que poderá sofrer a execução de certos projetos ou ações.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é um dos instrumentos de avaliação de impacto ambiental, instituído no Brasil dentro da política nacional do meio ambiente, por meio da resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/86, de 23 de janeiro de 1986. Trata-se da execução, por equipe multidisciplinar, das tarefas técnicas e científicas destinadas a analisar, sistematicamente, os impactos ambientais.

O estudo realiza-se sob orientação da autoridade ambiental responsável que, por meio de instruções técnicas específicas, ou termos de referência, indica a abrangência do mesmo e os fatores ambientais a serem considerados detalhadamente. Tal estudo é essencial para se obter o licenciamento ambiental para o funcionamento, por exemplo, de um empreendimento turístico como os resorts (atividade hoteleira de alto padrão, instalada em área com apelo ambiental).

De acordo com a legislação brasileira considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem estar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do

meio ambiente; e V - a qualidade dos recursos ambientais (Resolução CONAMA 001,1986).

Sachs (1994) afirma que a solução para a destruição ambiental exige um outro tipo de crescimento econômico que não mais externalize os custos sociais e ambientais, piorando as desigualdades socioeconômicas. É preciso deter o consumo exagerado, definindo metas ecológicas em consonância às metas econômicas, diminuindo, sensivelmente, os impactos ambientais.

2.2.2 Criação de órgãos ambientais

Para que a questão ambiental fosse encaminhada de maneira adequada no Mato Grosso do Sul, em 1977 foi criado o Instituto de Preservação e Controle Ambiental (INAMB). Em 1981, este Instituto foi transformado em Secretaria de Meio Ambiente do MS (SEMA), ampliando sua atuação, passando pela realização de licenciamentos, bem como, promovendo programas e projetos relacionados à gestão da política de meio ambiente e controlando a qualidade dos recursos hídricos. Em 1993, foram criadas duas Fundações, a Fundação Terceiro Milênio-Pantanal para proteger áreas naturais, controlar atividades poluidoras, fazer análises laboratoriais, desenvolver programas educativos, e a Fundação Terceiro Milênio-Natureza Viva, com o propósito de formular e propor a adoção de políticas de uso racional de recursos. Em 1998, com o advento da Lei Estadual 1.829, as duas Fundações foram unificadas, criando-se a Fundação Estadual de Meio Ambiente-Pantanal, entidade vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADES), assumindo as competências das anteriores. Posteriormente, essa Fundação passou a ser o Instituto de Meio Ambiente – Pantanal, conforme a Lei 2.268/01. Em 2006, o Governo de Mato Grosso do Sul promoveu a união da gestão ambiental e do planejamento estadual, criando a SEMAC – Secretaria de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. O órgão executor das políticas ambientais recebeu a denominação de Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), sendo responsável pelo licenciamento e o controle ambiental de empreendimentos, bem como, pela promoção de ações de

conservação, recuperação e fiscalização de atividades, monitorando os recursos naturais e administrando unidades de conservação IMASUL (2007).

2.2.3 Legislação e licenciamento ambientais e o turismo em Mato Grosso do Sul

Em função da necessidade de preservação, melhoria, recuperação e fiscalização da qualidade ambiental visando garantir condições para o desenvolvimento socioeconômico, ações governamentais foram incrementadas para proteger os ecossistemas brasileiros, racionalizando o uso do solo, encarando o meio ambiente como um patrimônio público de toda a sociedade brasileira. Iniciativas governamentais nesse sentido se materializaram por meio da criação de órgãos especiais e pela formulação de normas orientadoras das atividades do setor, bem como pela elaboração de legislação específica. Foram formuladas normas que orientam as ações “dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico [...]” (LEI Nº 6.938/1981/PNMA).

A legislação ambiental no Mato Grosso do Sul foi, gradativamente, sendo elaborada direcionada para preservação e conservação dos ecossistemas locais. Em 1980, foi aprovada, em Mato Grosso do Sul, uma das mais importantes leis estaduais, a Lei nº 90, que trata das alterações do meio ambiente e estabelece normas de proteção ambiental, definindo o que é poluição, quais são os órgãos de proteção ambiental e a política estadual de controle da poluição.

Essa Lei estabeleceu a obrigatoriedade do licenciamento prévio de qualquer atividade potencialmente causadora de poluição, bem como as finalidades possíveis de uso da água das bacias hidrográficas do Estado, controlando-se as substâncias lançadas no ar, definindo a proibição de queima ao ar livre e em áreas densamente povoadas. Estabeleceu também a obrigatoriedade da conservação do solo, formalizando a possibilidade de o Estado criar áreas conservacionistas especiais em locais acidentados e impróprios para a agricultura e pecuária, fixando as penalidades para os

transgressores das disposições legais. A mesma Lei criou o Conselho Estadual de Controle Ambiental (CECA), órgão consultivo e deliberativo (MORELLI, 2001).

Conforme as atividades turísticas foram sendo desenvolvidas em Mato Grosso do Sul e causando modificações e impactos, leis foram sendo elaboradas para normatizar o setor objetivando a proteção dos ecossistemas da região.

O turismo em Mato Grosso do Sul, como outras atividades econômicas, deve passar por licenciamento, de acordo com a Resolução SEMADES N°331/98, que dispõe:

[...] o licenciamento ambiental dos empreendimentos turísticos. Aqueles situados e/ou praticados na zona rural, nas áreas de proteção de mananciais, nas unidades de conservação e no entorno destas, inclusive, tais como: Autódromo; Balneários; Camping; Clubes; Embarcações de turismo pesqueiro; Hotéis; kartódromo; Parques temáticos; Passeios ecológicos em áreas de fragilidade ambiental; Pista de motocross. Pousadas; Ranchos Pesqueiros (MORELLI, 2001, p.471).

A Resolução trata de atividades turísticas nas áreas rurais e de proteção de mananciais, nas unidades de conservação e no seu entorno, tendo sido revogada em 2011. Entrou em vigor outra, a Resolução SEMAC n° 008 (31/05/2011), estabelecendo normas e procedimentos para licenciamento ambiental estadual para atividade do setor de turismo.

A Lei Estadual n° 1.871/98 estabeleceu a forma de conservação da natureza, fixando uma faixa mínima de proteção ambiental de 150 metros de largura para cada lado da margem dos rios Formoso, Prata e seus afluentes. O artigo 3° define que na área de preservação permanente, somente poderá ser desenvolvida a atividade de ecoturismo com o competente licenciamento ambiental, restringindo o uso de forma desordenada.

Duas outras Resoluções foram instituídas: a SEMACT n° 11.407/03 e a de n° 11.408/03. A primeira implantou o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, como instrumento de gestão ambiental no controle e recuperação do meio ambiente, conforme dispõem seus três primeiros artigos:

Art. 1° - Fica instituído, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, como instrumento de gestão ambiental, na forma das disposições deste Decreto.

Art. 2° - O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objetivo permitir que as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação ou funcionamento de empreendimentos e atividades considerados efetiva ou potencialmente poluidores possam promover as

necessárias correções, para o atendimento das exigências impostas pela autoridade ambiental estadual.

Art. 3º - A solicitação de formalização do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, instruída com todos os dados e elementos disponíveis e necessários à sua elaboração, inclusive com justificativa para aprovação de lavratura, será requerida pelo empreendedor ou seu representante legalmente constituído, ao Instituto de Meio Ambiente-Pantanal, que no prazo máximo de dez dias da protocolização do pedido, avaliará e providenciará a sua assinatura (MATO GROSSO DO SUL, Diário Oficial Nº 6.088 de 2003,p.6).

Anteriormente, a legislação ambiental já havia tratado do assunto por meio da Lei nº 9.605/98 que oferece a possibilidade, quando for o caso, de celebração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), desde que sejam empreendimentos antigos e que não tenham sofrido alterações ou ampliações anteriores a março de 1998. A Resolução SEMACT nº 11.407/03 pode ser considerada uma complementação da Lei nº 9.605/98, oferecendo mais chances de adequação ambiental aos empreendedores.

A Resolução SEMACT nº 11.408/03 disciplinou o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades localizados nas áreas de preservação permanente, conforme os três primeiros artigos:

Art. 1º - Consideram-se área de preservação permanente as áreas protegidas nos termos dos arts. 2º e 3º da Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, as paisagens, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Art. 2º - A supressão de vegetação e a ocupação de áreas de preservação permanente somente poderão ser licenciadas pelo órgão ambiental estadual em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

Parágrafo único - A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes somente será autorizada em caso de utilidade pública.

Art. 3º - Os empreendimentos ou atividades em operação nas áreas de que trata o art. 1º, implantados antes de julho de 1989 e que tenham observado as disposições constantes dos arts. 3º e 4º da Resolução CONAMA nº 004, de 18 de setembro de 1985, poderão regularizar o licenciamento ambiental no órgão estadual competente, mediante a apresentação do Projeto Executivo para a avaliação técnica de situação da área e intervenções efetuadas (MATO GROSSO DO SUL, Diário Oficial Nº 6.088 de 2003).

Em 2006, foi publicada a Resolução CONAMA nº 369/06, que dispõe “sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental,

que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP)”, dando suporte jurídico para licenciar os empreendimentos turísticos de baixo impacto ambiental. No art. 2º da referida Resolução fica determinado que a autorização ambiental deve ser dada pelo corpo técnico do Imasul para que as intervenções possam ser realizadas, definindo-se as ações mitigadoras e compensatórias a serem implementadas.

O Módulo Rural (MR) estabelecido pelas dimensões da propriedade familiar local tem fração mínima de 4 hectares de terra (calculada para cada imóvel, conforme o Estatuto da Terra/Lei Federal nº 4.504). O MR deverá estar em conformidade com a Lei Municipal nº 989/03 que estabelece limitações ambientais como forma de conservação e proteção da natureza e defesa das margens fluviais das bacias hidrográficas, dos rios Formoso, Prata e Peixe, no município de Bonito, MS. Essa Lei Municipal nº 989/03 cita a Lei Estadual nº 2.223/01, que responsabiliza os proprietários e arrendatários de imóveis rural e urbano pela poluição hídrica dos rios cênicos.

A Lei Municipal 989/03 restringiu também a venda das propriedades rurais, posto que, além de 4 hectares, estas precisam ter, no mínimo, 100 metros de margem de rio no seu polígono, cabendo ao cartório proceder as medidas cabíveis, na ocasião das concessões das escrituras. No artigo 4º e seu Parágrafo Único, a Lei trouxe também restrição à pesca:

Art. 4º. É expressamente proibida qualquer tipo de pesca, seja esportiva, comercial ou amadora nos rios abrangidos pelo art. 1º desta lei, aplicando-se para tanto as penalidades previstas na legislação ambiental.

Parágrafo único. Será permitida a pesca com fins científicos ou para controle ambiental, desde que autorizada previamente pelo órgão ambiental competente.

Essa lei proíbe a pesca, com quaisquer apetrechos, nos rios Formoso, Prata e seus afluentes, exceto a pesca de barranca pelos moradores ribeirinhos, visando tão somente ao consumo e subsistência das famílias.

Pode-se dizer que a natureza privilegiada de Bonito, com abundância fluvial conservada, relevo singular com muitas cavernas, fauna diversificada e áreas remanescentes de Mata Atlântica atraiu inúmeros visitantes, causando impactos indesejáveis. O contexto descrito abaixo ilustra bem a situação reinante no início dos anos 2000 na região.

No município de Bonito, é grande o número de empreendimentos turísticos que funcionam sem tramitar pelo licenciamento ambiental, que é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

A prática de implantação de empreendimentos turísticos sem o trâmite do licenciamento cria, neste espaço geográfico, dois tipos de problemas, hoje bastante comum. O primeiro problema se refere à construção de edificações e trilhas em áreas consideradas de preservação permanente, onde se recebe um número superior de visitantes ao da capacidade de suporte da trilha. Além deste, outro problema que surge, principalmente em Bonito, onde a demanda de turistas é muito grande, diz respeito aos conflitos que começam a existir entre empreendimentos vizinhos, o que requer, com urgência, o disciplinamento e ordenamento territorial das atividades turísticas (MARIANI, 2001,p.94).

Durante a última década a conjuntura sofreu mudanças; nem todos os problemas ambientais gerados pelos empreendimentos turísticos foram resolvidos, mas observa-se que a legislação vigente no Mato Grosso do Sul foi, paulatinamente, construída e direcionada para proteção e conservação da natureza, considerando as especificidades locais, configurando-se como estratégia de controle ambiental.

2.2.4 Política Ambiental nas diferentes esferas e atuação ds órgãos executores

De acordo com Mariani (2001), como o Estado de Mato Grosso do Sul tem sua identidade regional relacionada, primordialmente, à pecuária e às suas características naturais, com destaque para os recursos hídricos, fauna, flora que se configuram como seus principais atrativos turísticos, a preocupação com o meio ambiente é grande desde a década de 1970 quando o turismo estava surgindo por meio da pesca esportiva em áreas do Pantanal.

No decorrer dos anos oitenta, a questão ambiental no estado tomou um grande impulso, favorecendo o surgimento de entidades civis ou governamentais destinadas à luta pela sobrevivência e preservação da Bacia do Alto Paraguai.

Concomitante a esse movimento, oportunamente ganhava impulso o setor de turismo, até então, na década de oitenta e início da década de 90, muito incipiente no estado, mas com grandes perspectivas de lucro, sobretudo tendo em vista o potencial do próprio Pantanal, do qual imagens e mitos passavam a ser exportados para todo o mundo.

Dentro das políticas ambientais do estado foram criados órgãos e leis específicos, visando à promoção, controle e fiscalização do meio ambiente...

Os primeiros órgãos ambientais do estado, principiantes, despreparados e desaparelhados, foram destaques diários na imprensa como aparelhos coercitivos do estado. Os desmatamentos continuaram...

De repente, começaram a circular notícias sobre processos de extinção de animais – arara azul, lobo guará, jacaré, cervos e outros. Como resolver estes

problemas? A orientação internacional, mais precisamente, das agências financiadoras do desenvolvimento econômico mundial – BID, BIRD, etc. – foi de intensificar as políticas ambientais no estado (MARIANI, 2001, p.81).

No Mato Grosso do Sul, o IMASUL, entre outras finalidades já citadas, tem como função executar as políticas ambientais e de recursos hídricos, definindo a capacidade de suporte diária de cada empreendimento turístico, sendo responsável pelo licenciamento, concentrando sua estrutura operacional na capital, Campo Grande. Alguns municípios contam com escritórios regionais que atendem parcialmente essa demanda: Aquidauana, Bonito, Corumbá, Coxim, Dourados e Três Lagoas. A figura 7 demonstra a localização das Regionais e, também, os municípios que assinaram acordo de cooperação técnica para licenciar os empreendimentos de baixo impacto ambiental. (IMASUL, 2007).

O procedimento de licenciamento ambiental analisa os processos e emite as seguintes licenças: Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI); Licença de Operação (LO); Renovações de LP, de LI e de LO; Declaração Ambiental (DA) e Autorização Ambiental (AA). A licença ambiental tem prazo de validade, podendo ser renovada, revisada ou mesmo revogada se a empresa ou a atividade licenciada tiver modificado algumas de suas atividades ou ter deixado de cumprir as condicionantes pactuadas, sem o prévio consentimento do órgão ambiental competente, ou estiver causando danos ambientais ou prejuízos à saúde humana, independentemente do motivo. Entende-se que a compatibilidade da instalação e da funcionalidade da empresa com os preceitos normativos de cunho ambiental são requisitos indispensáveis à emissão e à renovação das licenças ambientais (MACHADO, 2000).

Em 2002, com recursos disponibilizados pelo Plano Nacional de Meio Ambiente (PNMA II), o IMASUL deu início ao processo de descentralização do licenciamento ambiental selecionando os municípios: Aquidauana, Amambaí, Bonito, Corumbá, Campo Grande, Coxim, Dourados, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Três Lagoas e São Gabriel do Oeste. Esses catorze municípios representaram 18,18% do total de setenta e sete, à época, existentes no Estado. Levou-se em conta a representatividade territorial (41,42%) e populacional (64,41%) desses municípios frente ao Estado (IMASUL, 2007).

Para os municípios colocarem em operação o sistema de gestão ambiental deveriam dispor (Decreto Estadual 10.600/01) de uma estrutura física mínima (sala, computadores, mesas, cadeiras e outros), contar com quadro técnico efetivo e habilitado, e ter ou constituir o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Desde então, foram firmados convênios com sete municípios: Amambai, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Naviraí, Sidrolândia e Três Lagoas, delegando-se aos mesmos a competência para licenciarem os empreendimentos com impacto local, no âmbito do seu território. Entendendo a importância da descentralização, outros municípios estão com seus processos em andamento no órgão ambiental (figura 7).

Figura 7 – Localização dos municípios aptos a realizar licenciamento ambiental das atividades poluidoras consideradas de baixo Impacto Ambiental.

Fonte: IMASUL(2009). Modificado por Xavier (2009).

Desde 1992, o IMASUL, por meio da Gerência de Recursos Hídricos (GRH), monitora a qualidade da água dos rios da Bacia do Alto Paraguai, na sua porção sul-mato-grossense. Este monitoramento também tem apoio dos recursos do PNMA e do MMA, avaliando, por meio de séries históricas, a evolução da qualidade das águas, visando subsidiar tomadas de decisões e ações corretivas relativas ao licenciamento ambiental, ao controle do lançamento de efluentes nos corpos receptores, ao enquadramento dos corpos d'água e à manutenção da vida aquática, conforme os Relatórios Anuais de Qualidade das Águas Superficiais da Bacia do Alto Paraguai.

A Figura 8 mostra a disposição dos oito pontos de monitoramento na Bacia do Rio Formoso; quatro estão localizados entre os córregos Bonito, Restinga e Saladeiro, e os outros quatro, no Rio Formoso.

Fonte: IMASUL (2009) Modificado por Xavier (2009).

De acordo com informações contidas nos Relatórios de Qualidade das Águas Superficiais da Bacia do Alto Paraguai, entre 1996 e 2001 foi estabelecido o IQA (índice de Qualidade de Água). Esse índice possibilita o tratamento de um número maior de elementos, de forma sintética e acessível, subsidiando a área ambiental na tomada de decisões, oferecendo suporte ao licenciamento ambiental e ao controle dos lançamentos de efluentes nos corpos receptores. A figura 9 mostra que o IQA da bacia do rio Formoso, no período 1996 a 2001, se manteve em razoável padrão de estabilidade. Em quatro dos seis anos analisados, o percentual da qualidade ótima variou de 3 e 12%; a qualidade boa, entre 65 e 78%; aceitável, entre 5 e 19%; a ruim, entre 5 e 14% e a péssima, detectada somente em dois anos, entre 1 e 3%. Os dados coletados junto ao Córrego Bonito sugerem o desempenho determinante aos percentuais de qualidade aceitável, ruim e péssima da referida Bacia.

Figura 9 – Variação da qualidade das águas na Bacia do Rio Formoso, de 1996 a 2001
 Fonte: Brasil, Mato Grosso do Sul (2002)

Os dados coletados no Rio Formoso indicam ser este o que mais contribuiu para que a boa qualidade da água da Bacia, como todo, mantenha-se em padrões elevados.

As questões relacionadas aos recursos hídricos nacionais, sua proteção, conservação e manutenção de qualidade, têm sido preocupação constante no Brasil nas últimas décadas. Destaca-se a elaboração da Lei Federal nº 9.433/97 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, com o objetivo de assegurar à população atual e às futuras gerações a disponibilidade de água, em padrões de boa qualidade, por meio

de seu uso racional e integrado, e da prevenção e defesa contra eventos hidrológicos críticos naturais ou provocados pelo uso inadequado dos recursos naturais.

Em Mato Grosso do Sul, a Lei Estadual nº 2.406/02 instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e criou o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

O governo de Mato Grosso do Sul, por meio da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A (SANESUL) e da Prefeitura Municipal de Bonito, com o apoio da Petrobrás S.A, por meio do aporte de recursos de compensações ambientais, viabilizaram o novo sistema de coleta e tratamento de esgoto locais, resultando na ampliação e modernização da ETE no córrego Bonito (já existente), que atendia apenas parcialmente as necessidades da área urbana do município (Figura 10).

Com isso, a rede coletora estendeu-se por mais de 95% da área urbana, tendo como meta chegar aos 100% na coleta e tratamento do esgoto em breve, situação que difere da realidade regional, muito aquém dos índices recomendados pela legislação vigente, segundo informação da SANESUL e LOG Engenharia (2011).

Figura 10 - Estação de Tratamento de Esgoto – ETE. Bonito, MS.
Fonte: Xavier (2010).

O ganho ambiental obtido pelo município de Bonito, desde a implementação da ETE é significativo. Gradativamente, o problema da coleta insuficiente, do tratamento

parcial do esgoto, dos lançamentos “*in natura*” em córregos e de fossas sépticas de menor eficiência, está sendo sanado. Essa melhoria da qualidade dos recursos hídricos locais é um ponto importante para a atividade turística focada nos aspectos naturais. A manutenção do ecossistema reinante na região depende, fundamentalmente, da conservação das porções de vegetação natural ainda existentes e fauna a ela associada, das suas formas de relevo e, notadamente, de seus rios e córregos, devendo ser protegidos.

Em 2002, o Instituto de Meio Ambiente Pantanal (IMAP), hoje, IMASUL, com apoio da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Bonito, da Polícia Militar Ambiental e do Ministério Público Estadual, deu início à campanha *Desenvolvimento Sustentável: um compromisso de todos*, objetivando possibilitar o aproveitamento racional dos recursos naturais do Estado, numa perspectiva conservacionista, promovendo o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental (IMASUL, 2003).

A campanha teve como foco inicial os empreendimentos turísticos rurais de Bonito e realizada com a participação de vários segmentos da sociedade local. As vistorias aos empreendimentos (2003 e 2004) foram realizadas pelos técnicos do IMASUL, ocorrendo, assim, um processo de sensibilização sobre a necessidade de proteção e conservação ambientais da região. Esclarecimentos sobre as funções do órgão ambiental, a importância e procedimentos relacionados ao licenciamento foram feitos por meio de explicações verbais e distribuição de material impresso. Os empreendimentos receberam também orientação sobre as penalidades para aqueles que não se adequam ao processo de licenciamento ambiental quando este é necessário, informando-se o significado do EIA, Estudo de Impacto Ambiental (IMASUL, 2004).

O período da implementação da Campanha foi produtivo, procurando tornar mais abrangente e efetiva a atuação do órgão ambiental. Este buscou dar orientações para que os empreendimentos turísticos regularizassem suas atividades por meio do licenciamento, num prazo de 90 dias (IMASUL, 2004).

As situações mais freqüentes constatadas durante as visitas dos técnicos do Imasul aos empreendimentos turísticos:

1. Empreendimentos instalados em Área de Preservação Permanente;
2. Empreendimentos com Licença de Operação (LO) por tempo indeterminado;
3. Empreendimentos com processo de renovação da Licença de Instalação (LI), sem estar desenvolvendo qualquer obra;
4. Empreendimentos de passeios de bote, sem a devida regularização.

2.2.5 Promotoria de Meio Ambiente da Comarca de Bonito

No início dos anos 2002, a Promotoria de Meio Ambiente de Bonito desenvolveu o Projeto *Formoso Vivo*¹⁰, com o intuito de detectar e mensurar os danos ambientais ocasionados pelas propriedades ribeirinhas, que se encontravam em desacordo com a legislação ambiental vigente. O projeto contribuiu para a conservação da Bacia hidrográfica do Rio Formoso.

Segundo Loubet *et. al.* (2007), o *Projeto Formoso Vivo*, realizado entre 2003 e 2004, foi dividido em três etapas: a primeira tratou do diagnóstico ambiental das propriedades ao longo do Rio Formoso, totalizando 116 imóveis; a segunda, baseada na etapa anterior, indicou, aos proprietários, as soluções para os danos ambientais encontrados, com os respectivos mapas georreferenciados dos imóveis, contendo os limites da Reserva Legal existente ou a recuperar; a terceira etapa resultou na instauração de inquéritos cíveis, exigindo-se a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) quando fosse necessário, com o propósito de promover a reparação dos danos ambientais.

O Projeto teve a participação da WWF,¹¹ Fundo Mundial para a Natureza, e da Fundação Boticário que auxiliaram na elaboração do diagnóstico ambiental das

---

¹⁰ O Projeto Formoso Vivo teve início em março de 2003, por iniciativa da Promotoria de Justiça de Bonito, com objetivo de diagnosticar as condições ambientais às margens do Rio Formoso. O Projeto envolveu ação integrada de órgãos governamentais ambientais como a SEMAC/IMASUL, IBAMA/PNSB, Polícia Militar Ambiental, Prefeitura de Bonito e organizações não governamentais como a Fundação Neotrópica do Brasil.

¹¹ Em 30 de agosto de 1996 foi criado oficialmente o WWF-Brasil, uma organização nacional que integra a Rede WWF, uma das maiores organizações de conservação da natureza no mundo. (acessado em 27/04/2011-http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_mundo/wwf/).

propriedades rurais, na definição do Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), na alocação de Reserva Legal (RL), e no plantio de mudas de espécies nativas nas APPs.

Este projeto fez diagnósticos ambientais de 271 propriedades rurais, com diferentes atividades econômicas, na Bacia do Formoso, das quais 20 são empreendimentos turísticos (18 deles foram pesquisados para a elaboração deste trabalho e são apresentados no item Resultados e Discussão). Essas ações envolveram as instituições: Ministério Público, IBAMA, SEMAC/IMASUL, Polícia Militar Ambiental, Prefeitura de Bonito, ONGs e Setor Privado, tendo resultados importantes, tais como: o isolamento e a remoção das estruturas irregulares nas APPs, entre outros. O Projeto Formoso Vivo contribuiu para a adequação dos empreendimentos turísticos à legislação ambiental vigente, ajustando as suas atividades para melhor atender aos visitantes, minimizando-se os impactos, buscando a conservação do cenário natural local.

2.2.6 Prefeitura Municipal da Comarca de Bonito

Os dados referentes ao fluxo de turistas são obtidos na Prefeitura Municipal de Bonito, mediante o controle dos *vouchers*¹² emitidos nos anos de 2001 e 2008, instrumento este criado pela iniciativa privada em 1995 e, desde então, legalizado pelo poder público municipal. O uso voucher configura-se como uma nova forma de controle das visitas aos atrativos de Bonito, introduzindo um novo modelo de gestão da atividade turística no município.

O fluxo e as atividades turísticas na região são controlados pelo uso obrigatório do *voucher* emitido pela agência, em quatro vias, garantindo as respectivas frações de pagamento aos agenciadores, aos guias, aos proprietários dos passeios e à prefeitura.

Como exemplo, os *vouchers* mensalmente expedidos para o Balneário Municipal, o Balneário do Sol, a Ilha do Padre e o Aquário Natural, principais atrativos, ao longo do

---

¹² Voucher: é um comprovante de pagamento antecipado de despesas (serviços, passeios, hotéis, entre outras), emitido por agências e operadoras de viagem.

Rio Formoso, estão compatíveis com a capacidade de carga¹³ diária, expressa nas suas licenças ambientais emitidas pelo IMASUL.

Os órgãos citados tomaram providências para equacionar o problema, incentivando o licenciamento ambiental, obtendo adesão dos proprietários de empreendimentos de turismo. Os moldes de gestão turística e ambiental observados em Bonito indicam a presença orquestrada dos poderes públicos e privado que estimulam a diversificação da economia local, trazendo, sim, benefícios socioambientais. Também ficou claro que a sociedade local pode ter uma nova relação com a natureza por meio da atividade turística, procurando passar por um processo de apropriação do espaço menos predador, mais conservacionista e inclusivo MARIANI (2001).

Paralelamente aos atos mencionados, outras iniciativas surgiram que contribuíram para o crescimento do turismo em Bonito, relacionadas, mais especificamente, ao “*trade* turístico,” ou seja, operadores, agências, promotores, empresas de viagens, hotelaria, guias etc [...]” (PIRES,1998,p.76). Existem em Bonito, entidades associativas que compõem o cenário empresarial do setor turístico como:

Associação das Agências de Ecoturismo de Bonito – ABAETUR; Associação Bonitense de Hotelaria – ABH; Associação dos Guias de Turismo – AGTB; Associação Comercial; Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região – ATRATUR (MARIANI, 2001, p.128).

Poder público, iniciativa privada e ONGs foram organizando o turismo em Bonito que viu aumentar o fluxo de visitantes, configurando-se como um destino importante e singular. Houve necessidade de aparelhar melhor toda a estrutura receptiva e, assim, definiu-se, em 1995, a implantação do *Voucher*¹⁴ único (Resolução normativa 009 do CONTUR), segundo Mariani (2001). Ficou definido que qualquer

operação de produção do turismo tem que passar obrigatoriamente por uma Agência Receptiva local [...]. O poder das Agências Receptivas é fortalecido pela certeza que se tem da diferenciação do destino [...] utiliza a própria forma de organização do turismo local e de modelo de ecoturismo sustentável para valorizar ainda mais o produto (ALMEIDA, 2010, p.148).

---

¹³ A capacidade de carga é um instrumento de manejo aplicado em estratégias de controle de fluxos turísticos em áreas naturais, (CIFUENTES,1992)

¹⁴ Voucher: é um comprovante de pagamento antecipado de despesas (serviços, passeios, hotéis, entre outras), emitido em 5 vias por agências (destinadas ao atrativo, guia, turista, agência e prefeitura).

Dessa forma, passou a existir registro e controle das entradas de turistas, sendo contabilizadas pela Prefeitura Municipal, bem como padronização de informações.

Abaixo, uma exemplificação dos principais atrativos ao longo do rio Formoso, o Balneário Municipal, Balneário do Sol, a Ilha do Padre e o Aquário Natural, mostrando a distribuição do fluxo turístico durante os anos de 2001 e 2008. Destaque para o Balneário Municipal por ser público.

2.2.7.1 Balneário Municipal

O Balneário Municipal, gerido pela própria prefeitura, com área de 4 hectares, além de ser um dos mais antigos e tradicionais, é o mais popular atrativo turístico de Bonito. Foi inteiramente reestruturado, revitalizado em 2001 e sua licença ambiental o autoriza a receber uma carga diária de até 1000 pessoas.

Localizado à apenas 7 km da área urbana, com acesso fácil, o Balneário oferece águas cristalinas, povoadas por peixes muito coloridos e trilhas, em área de vegetação com espécies nativas. Conta com infraestrutura básica como estacionamento, camping, restaurantes, bares, locações de equipamentos e acessórios, lojas de artesanatos, quiosques com churrasqueiras, quadras esportivas e sanitários. Por ser público, é o atrativo local com maior demanda e uma das principais opções de lazer aos moradores locais, que gozam da gratuidade ao seu acesso. O turista deve adquirir o *voucher*, porém, com preços populares, colocando o Balneário Municipal na condição de atrativo mais procurado no entorno de Bonito e Estado.

Os *vouchers* expedidos (Figuras 11 e 12) demonstram que, mesmo recebendo um expressivo fluxo de turistas, o Balneário Municipal cumpre também o papel de “clube de campo” da população bonitense. Gera, aproximadamente, 40 postos de trabalho, entre servidores municipais e terceirizados. As mesmas figuras, também demonstram que, em 2001, os maiores fluxos de turistas, por ordem de grandeza, registraram-se na Primavera (2.056), Verão (1.534) e Inverno (1.292). Em 2008, destacam-se a Primavera (3.697), Inverno (3.156) e Verão (2.915).

Figura 11 - Balneário Municipal e o número de turistas mês – (2001) Voucher
 Fontes: Prefeitura de Bonito/ Sistema de Tributação (2009) Xavier (2010).

Figura 12 - Balneário Municipal e o número de turistas mês (2008) Voucher
 Fontes: Prefeitura de Bonito/Sistema de Tributação (2009)Xavier (2010).

O que se pode dizer é que houve um aumento geral do fluxo de visitantes ao Balneário Municipal de Bonito entre 2001 e 2008, com uma concentração mais acentuada nas estações Primavera, Verão e Inverno. No Outono há uma certa

diminuição de turistas, mas não é drástica. Enfim, a observação dos dados acima apresentados leva a crer que o Balneário Municipal, mesmo tendo uma certa oscilação de fluxo de visitantes, mantém sua atratividade durante o ano todo.

2.2.7.2 Balneário do Sol

O Balneario do Sol é um empreendimento particular, distante, aproximadamente, 8 quilômetros da cidade, com área total de 80 hectares. Possui vegetação nativa com trilhas. Sua estrutura de suporte conta com estacionamento, camping com churrasqueiras, restaurantes, lanchonetes, redários, quadras esportivas e salão de jogos.

O número de turistas cresceu de 2001 para 2008, ponderando-se que, provavelmente, a divulgação, os investimentos em infraestrutura e a qualidade do atendimento foram os principais motivos para este acréscimo observado, e que ainda pode ser maior, pois sua capacidade de carga definida pelo Imasul é de 750 turistas/dia.

Em 2001, as estações com maior fluxo foram Primavera e Verão; somando-se o número de visitantes destes dois períodos obtém-se 2.313 visitantes. O Inverno tem um fluxo menor, mas com certa expressão neste cenário. Em 2008, durante os meses de Primavera e Verão, o Balneário do Sol recebeu 5.466 turistas, caindo este número nos períodos de Outono e Inverno. Ao comparar os dados mensais dos *vauchers* com a carga diária autorizada, constata-se que o fluxo de visitantes está aquém da sua capacidade, que é de 750 turistas/dia, conforme mostram as Figuras 13 e 14.

Figura 13 - Balneário do Sol e o número mensal de turistas (2001) *Voucher*

Fonte: Prefeitura de Bonito/ Sistema de Tributação (2009) Xavier (2010).

Figura 14 - Balneário do Sol e o números de turistas (2008) *Voucher*

Fonte: Prefeitura de Bonito/Sistema de Tributação (2009)Xavier (2010).

Este empreendimento foi alvo de inquérito cível (decorrente das ações do Projeto Formoso Vivo) por ter edificações construídas em APP. Dessa forma, recebeu instrução para recuperar a sua área degradada, cumprindo o acordo de regularização por meio do plantio de espécies nativas, ampliando de 20 para 30% a sua reserva legal averbada. Doou 2000 mudas ao próprio projeto, a título de compensação ambiental, não ocorrendo a realocação das edificações mencionadas.

2.2.7.3 Aquário Natural

O Aquário Natural, também conhecido como Baía Bonita, localiza-se a, aproximadamente, 7 quilômetros da cidade e dispõe de equipamento de mergulho, deque, piscina com instalações para instruções básicas de mergulho, museu com animais do cerrado e zoológico autorizado pelo IBAMA, com exemplares da fauna regional.

As Figuras 15 e 16 indicam picos de frequências. Em 2001, durante as estações do ano Primavera e Verão, o Aquário recebeu 14.553 visitantes. No Inverno houve uma queda (5.707), mas mesmo assim, o número de turistas é alto, comparando-se com os outros atrativos citados anteriormente. Em 2008, durante as estações Primavera e Verão, o atrativo recebeu 6.342 visitantes, indicando queda em relação a 2001. No Inverno, as visitas diminuíram sensivelmente, por vários motivos, tais como: preço mais elevado, falta de divulgação adequada e problemas internos de gestão da atividade, embora apresentando um fluxo maior do que os outros atrativos aqui citados. O número de visitantes não extrapolou sua capacidade de suporte, que é de 200 turistas/dia, perfazendo um total mensal de 6.000 pessoas/mês.

Figura 15 - Aquário Natural e o número de turistas mês (2001) Voucher

Fonte: Prefeitura de Bonito/Sistema de Tributação (2009) Xavier (2010).

Figura 16 - Aquário Natural e o número de turistas mês (2008) Voucher

Fonte: Prefeitura de Bonito/Sistema de Tributação (2009) Xavier (2010).

2.2.7.4 Ilha do Padre

A Ilha do Padre, assim denominada por referir-se ao seu antigo proprietário, o Padre católico Rossevel de Sá Medeiros, com área de 2,6 hectares, localiza-se a, aproximadamente, 6 quilômetros da cidade, com estacionamento, restaurante, bar, sanitários, deques, pontes e capela.

No espaço geográfico de Bonito, até a década de setenta, os recursos hídricos da região serviam quase que exclusivamente ao lazer dos habitantes, sendo visitados principalmente pelos amantes da pesca (...). Em meados dos anos 70, foi realizada a primeira obra pública de infra-estrutura para o lazer, conhecido por Balneário Ilha do Padre, que posteriormente passou a integrar o conjunto de atrativos turísticos de Bonito (MARIANI, 2001, p.145)

Embora reconhecida regionalmente e, mesmo sendo um dos atrativos mais antigos de Bonito, esteve, por muito tempo, abandonada e depredada. Apresenta uma pequena procura por visitação, tendo seu fluxo mais expressivo no desembarque dos passeios de botes infláveis que ocorre neste ponto do Rio Formoso.

Em 2006, a propriedade foi arrendada tendo a sua estrutura recuperada, melhorando a qualidade de atendimento ao turista, entretanto, opera sem a licença ambiental.

As Figuras 17 e 18 mostram que, em 2001, os maiores índices de visitação ocorreram na Primavera e no Verão, totalizando 263 visitantes. Nas estações do ano Outono e Inverno houve um declínio. Em 2008, as estações Primavera e Verão somadas totalizam 420 turistas; as estações do Outono e Inverno, juntas, receberam 207 turistas.

Figura 17 – Ilha do Padre e o número de turistas mês (2001) Voucher

Fonte: Prefeitura de Bonito/Sistema de Tributação (2009)Xavier (2010).

Figura 18 - Ilha do Padre e o número de turistas mês (2008) Voucher

Fonte: Prefeitura de Bonito/Sistema de Tributação (2009)) Xavier (2010).

A tabela 1 mostra a oscilação deste fluxo durante o ano, podendo-se observar que há uma tendência geral de aumento de visitantes nos atrativos, exceto em relação ao Aquário Natural que teve uma diminuição de visitantes no período analisado.

Tabela 1- Oscilação do fluxo de turistas em atrativos de Bonito, MS (2001 e 2008)

Atrativos	Capacidade de carga diária de até	2001 primavera e verão	2001 outono e inverno	2008 primavera e verão	2008 outono e inverno
Balneário Municipal	1000 turistas	3590	2219	6612	5330
Balneário do Sol	750 turistas	2313	1118	5466	2058
Aquário Natural	200 turistas	14.553	9.084	6.342	4.320
Ilha do Padre	Sem licença ambiental	263	189	420	207

Fonte: Prefeitura Municipal de Bonito, MS. 2009/Xavier, 2010.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 As intervenções do licenciamento ambiental nos empreendimentos turístico estudados

3.1.1 Considerações iniciais sobre licenciamento ambiental no rio Formoso

A atividade turística trouxe mudanças no espaço geográfico do município, principalmente, nas áreas rurais que vêm passando, por alterações físicas e sociais, surgindo rearranjos oriundos das forças e das técnicas empregadas pela sociedade local, organizando-se de acordo com a nova atividade econômica predominante no atual momento. A terra, no município de Bonito, antes ocupada predominantemente pela pecuária, triplicou seu preço com a atividade turística. A paisagem natural passou a ter uma valoração diferenciada.

A nova configuração espacial que surge é resultado de um processo que foi se impondo e, neste sentido, a localização das atividades turísticas tende a se adaptar às formas pré-existentes, aproveitando-as e, muitas vezes, adequando-as conforme seus interesses (SANTOS, 1998).

De maneira geral, o que se observa na área estudada é uma diversificação decorrente do presente momento histórico que evidencia a necessidade de transformação, incorporando-se outras atividades no espaço rural, ou seja, a atividade turística é implantada como alternativa econômica em complementação à pecuária.

É importante notar [...] que outros atores, tais como novos moradores, incorporadores imobiliários, agentes ligados ao turismo [...] passam a competir, em diferentes níveis, pelos destinos e gestão desse espaço (PIRES, 2007, p.28)

Neste sentido, o turismo passou a ser responsável por diversas modificações sociais, econômicas e ambientais no município de Bonito, havendo necessidade de ordenação da nova atividade, minimizando-se os impactos negativos, buscando-se maximizar os seus benefícios. Essa organização da atividade turística foi acontecendo, inicialmente, de maneira espontânea, mas a partir de 1995, sua organização foi iniciada consistindo

no levantamento do potencial turístico da região, ou seja, as possibilidades de ofertas de atrativos aos turistas, além de estudo do potencial de geração de empregos e das possibilidades de envolvimento da comunidade, sendo, este último, um fator considerado crucial para o sucesso do plano. Na primeira fase, os monitores, participantes das oficinas promovidas pela Embratur, tentaram conscientizar a população sobre a importância da implementação planejada para o desenvolvimento do turismo, conforme os princípios da metodologia do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT.

A segunda fase da implantação ocorreu com a constituição do Conselho Municipal de Turismo, o COMTUR. Para sua composição, foi convidado um representante de cada entidade diretamente envolvida com o setor de turismo no município. A função do Conselho é definir políticas e normas básicas de funcionamento e diretrizes que permitem a elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo, que constitui a terceira fase da implantação do Programa (MARIANI, 2001, p.64).

A nova configuração espacial que surge é resultado de um processo que foi se impondo e, neste sentido, a localização das atividades turísticas tende a se adaptar às formas pré-existentes, aproveitando-as e, muitas vezes, adequando-as conforme seus interesses (SANTOS, 1998).

O Rio Formoso conta com 03 pontos de embarques de botes infláveis (TABELA 2), com capacidade de carga máxima de 12 pessoas por período para cada bote, licenciados a partir de 2006, atendendo 12 operadoras e 51 embarcações com guias que acompanham os passeios, com uma carga diária de 1.122 pessoas. Esses passeios têm como ponto de desembarque a Ilha do Padre, justificando o seu funcionamento mesmo sem licença ambiental (BONITO, 2009).

A quantidade de embarcações é suficiente para o atendimento da demanda atual. Sua eventual ampliação só poderá ser feita mediante nova solicitação ao órgão ambiental, com justificativa técnica e estudo evidenciando que o aumento da capacidade de suporte não implica em prejuízo ambiental.

Tabela 2- Número de operadoras de botes licenciados pelo Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (IMASUL) entre 2006 e 2009

Locais de embarque	Número de operadoras	Número de botes	Capacidade diária máxima de passageiros
Ponto 1	4	21	462
Ponto 2	3	13	286
Ponto 3	5	17	374
Total	12	51	1122

Fonte: Prefeitura Municipal de Bonito, 2009/ Xavier (2009).

3.1.2 Empreendimentos turísticos estudados

As 18 propriedades rurais, que são empreendimentos turísticos, foram visitadas com objetivo de realizar entrevistas com os responsáveis pelas atividades ali desenvolvidas.

Um questionário (apêndice) com 51 questões foi aplicado aos empreendedores para investigar suas experiências cotidianas, facilidades e dificuldades encontradas no processo de transformação local, bem como, realizar uma caracterização das propriedades e de seus donos. Os questionários buscaram a definição do perfil do proprietário, a caracterização da propriedade e aspectos ambientais, as especificidades das atividades turísticas e suas implicações. Procurou-se saber, também, os efeitos das ações da gestão pública quanto aos aspectos relativos à recuperação e educação ambientais, sendo os resultados apresentados a seguir.

As primeiras sete questões dizem respeito aos atores sociais responsáveis pelos empreendimentos turísticos. Constatou-se, inicialmente, que todos os proprietários encontram-se numa faixa etária de 50 anos ou mais, assim detectados: 55% têm idade entre 50 e 55 anos; 39% dos entrevistados têm idade entre 60 e 65 anos; 6% dos entrevistados têm 85 anos (apenas um deles), como se pode notar na figura 19.

Figura 19 - Faixa etária dos empreendedores
Fonte: Xavier (2010).

A Figura 20 demonstra que 17% dos proprietários nasceram no município, os outros 83% não são de Bonito, sendo que 24% deles são oriundos de outros lugares do próprio estado. Do Paraná vieram 28% dos empreendedores, do Rio Grande do Sul, 18%, de S.Paulo, 18% e do Rio de Janeiro, 12%. Em termos regionais, 46% deles são da região Sul, 24% são do Centro Oeste, e 30% do Sudeste.

Figura 20 - Natural do Município de Bonito

Fonte: Xavier (2010).

A figura 21 destaca a escolaridade dos proprietários dos estabelecimentos turísticos e demonstra que, 6% dos proprietários possuem apenas o ensino fundamental, 22% têm ensino médio e 72% apresentam-se com formação superior.

Figura 21 - Escolaridade dos empresários do turismo

Fonte: Xavier (2010).

Levando em consideração os aspectos relacionados à idade e ao nível de instrução, pode-se supor que os novos proprietários que vieram para Bonito sejam, provavelmente, pessoas experientes, qualificadas e com objetivos definidos quanto aos empreendimentos turísticos que estão implementando, com propósitos evidentes de permanecer em suas propriedades, remodelando-as para atender aos visitantes que buscam este espaço rural, dinamizando a economia local.

As perguntas seguintes (8 a 23) dirigiram-se aos aspectos relativos à localização e caracterização do empreendimento turístico e assuntos ambientais.

Quanto ao período de aquisição das propriedades, constatou-se que 39% delas foram compradas pelos atuais donos entre 1970 e 1980 e 61% durante a década de 1990 e início dos anos 2000, conforme a figura 22.

Figura 22 - Ano adquiriu a propriedade rural
Fonte: Xavier (2010).

A divulgação sobre as possibilidades de comercialização de compra e venda de terras foi feita de diversas maneiras, 50% dos empreendedores entrevistados afirmaram ter recebido informações de amigos que conheciam a região, 6% deles disseram ter procurado imobiliárias, os outros 44% usaram outras fontes (figura 23).

Figura 23 - Origem da informação sobre a venda da propriedade.

Fonte: Xavier (2010).

Até 1990, a pecuária era a atividade econômica predominante ao longo do rio Formoso, em 70% das propriedades pesquisadas (antes da compra pelo atual proprietário), a agricultura era desenvolvida em 20% delas, o turismo em 10% dos empreendimentos, figura 24. Com a aquisição das propriedades, o turismo foi implementado em áreas menores, evidenciando-se uma alteração na estrutura fundiária do município. Os empreendedores entrevistados foram unânimes em dizer que tais aquisições resultaram num ótimo negócio, pois a região possui um potencial turístico no qual vale à pena investir. Mas é preciso ter uma boa visão empresarial, pois a atividade exige conhecimento do assunto.

Figura 24 - Atividade econômica na propriedade rural antes de 1990

Fonte: Xavier (2010).

Atualmente, a pecuária existe em 22% das 18 propriedades estudada, a agricultura em 11% delas e a atividade turística é desenvolvida em 67% dos empreendimentos. O maior retorno financeiro é obtido pelo turismo para 72% dos entrevistados, a pecuária para 22% deles e a agricultura para 6% dos mesmos (figura 25).

Figura 25 - Atividade econômica na propriedade rural depois de 1990

Fonte: Xavier (2010).

As figuras 26 e 27 mostram, respectivamente, propriedades que desenvolvem atividades econômicas diferentes em Bonito, 18 estabelecimentos agropecuários e 18 turísticos, todos na faixa contínua do rio Formoso.

Figura 26 – Propriedades com atividade agropecuária às margens do rio Formoso.

Fonte: Promotoria da Comarca de Bonito (2008)/ Xavier (2010).

Figura 27– Propriedades com atividade turísticas às margens do rio Formoso
 Fonte: Xavier, 2009

Observa-se que a agropecuária utiliza maiores áreas, enquanto que as propriedades voltadas para o turismo, geralmente, são de menor porte, 58% delas têm entre 2,6 a 54 hectares; 26% entre 80 a 160 hectares; 11% entre 209 a 704 hectares e, apenas, 5% possui uma área de 8.405 hectares. Dos estabelecimentos citados, 74% desenvolvem somente a atividade turística, enquanto 26% são as propriedades maiores que desempenham dois ou mais tipos de atividade econômica. Em algumas propriedades há diversificação: pecuária, agricultura, extração de minerais, turismo e pesquisa científica em área de mata preservada.

É relevante esclarecer que o módulo rural no município de Bonito deve ter uma área mínima de 4 hectares e 100 metros de dimensão longitudinal de rio, conforme a Lei Municipal nº 989/2003 (não afetando as propriedades existentes anteriormente à 2003). O objetivo da lei foi restringir a divisão das propriedades rurais em lotes muito pequenos, aumentando a probabilidade de maior adensamento de construções e ocupação em massa, comprometendo a qualidade ambiental local.

A maioria das propriedades está localizada em áreas distantes entre 5 e 10 km da área urbana de Bonito (72%), uma minoria fica mais afastada (28%) entre 15 e 20 Km. As estradas que dão acesso aos estabelecimentos turísticos não são asfaltadas, mas

são cascalhadas e bem conservadas até os estabelecimentos turísticos, facilitando o acesso (figura 28).

Figura 28 - Distância da propriedade em relação à area urbana de Bonito

Fonte: Xavier, 2009

No rio Formoso, 28% dos empreendimentos turísticos estão localizados à sua margem direita e 72% deles estão junto à margem esquerda do curso d'água em função da topografia do terreno, nas áreas menos acidentadas, propícias, principalmente, para implantação dos balneários (figura 29).

Figura 29 - Localização em relação às magens do rio Formoso

Fonte: Xavier (2010).

De maneira geral, os empreendimentos visitados desenvolvem várias práticas de recreação e lazer. O aproveitamento dos recursos hídricos do rio Formoso é expressivo para 36% dos entrevistados (uso banhos, flutuação e passeios de bote); 35% deles apontaram as atividades relacionadas à vegetação nativa tais como o arborismo e as trilhas; 29% outros tipos.

A extensão do rio Formoso nos empreendimentos varia entre 50 a mais 300 metros (17% entre 50 e 100 metros e 83% entre 150 a mais 300 metros), conforme figura 30. Alguns empreendimentos visitados são servidos por mais de um curso d'água, outros somente pelo rio Formoso, observando-se que a maioria das propriedades são bem drenadas (figura 30).

Figura 30 - Extensão do rio Formoso

Fonte: Xavier (2010)

A partir das observações feitas nas propriedades pesquisadas, verificou-se que o espaço rural em Bonito, principalmente às margens do rio Formoso, a partir 1990, sofreu intervenções em áreas de APP, dentre elas: muro de arrimo, deques, pontes e edificações em alvenaria ou madeira, construídas após a compra da propriedade para implementação da atividade turística, sem licença ambiental, em desacordo com a legislação. Tais intervenções, conforme os dados levantados, foram para atender a demanda de turistas que chegavam ao local para conhecer a beleza cênica, mas queriam qualidade e conforto. Assim, houve uma série de adaptações e instalações nos empreendimentos melhorando a sua gestão no que diz respeito à prática de atividades

turísticas. As intervenções físicas em APP ocorrem em 83% das propriedades, em 17% já existiam as intervenções, quando adquiriram o imóvel (figura 31)

Figura 31 - Intervenções físicas em APP

Fonte: Xavier (2010)

Algumas estruturas implantadas em área de APP estão de acordo com a Resolução do CONAMA nº 369/2006, que “Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP”. No caso da área de estudo, algumas estruturas são de baixo impacto ambiental, portanto, amparadas pela Resolução citada. Entretanto, aquelas estruturas que não estão incluídas na Resolução e que já se encontravam no local anteriormente à criação da lei de Crimes Ambientais Nº 9.605/98 e, portanto, incorporadas às paisagens natural e cultural. As interferências físicas como implantação de deques e pontes são consideradas de baixo impacto ambiental. As propriedades visitadas possuem a seguinte estrutura básica instalada relacionada à recepção de turistas: 56% têm deques, 19% apresentam pontes e 25% têm edificações e outros equipamentos. As estruturas foram construídas para atender as necessidades dos visitantes em 89% dos empreendimentos e 11% delas servem a família dos proprietários (figuras 32 a 36).

Figura 32 – Estruturas implantadas na APP do rio Formoso, Bonito
Fonte: Xavier, 2009.

Figura 33 – Porque foram construídas em área de APP
Fonte: Xavier, 2009.

Figura 34 – Passarela em empreendimentos turísticos do rio Formoso,MS.
Fonte: Xavier, 2009

Figura 35 – Deque implantado nos empreendimentos turísticos do rio Formoso, MS.
Fonte: Xavier, 2009.

Figura 36 - Estruturas de madeira implantadas nos empreendimentos turísticos do rio Formoso, MS.
Fonte: Xavier, 2009

Poucos funcionários fixos são mantidos nas propriedades pesquisadas, vários temporários são contratados, sazonalmente, para atender às necessidades no período de maior afluxo de turistas. O estabelecimento com maior número de funcionários é o Balneário Municipal, empregando 40 pessoas, sendo 12 servidores da prefeitura municipal, os demais dão suporte às atividades das lojas, dos restaurantes, barzinhos e outros, de maneira autônoma, por se tratar de um empreendimento com o maior número de funcionários ficou com 6%, entretanto os demais empreendimentos ficaram com 55% de 5 a 10 funcionários e 39% de 15 a 20 funcionários trabalhando nos estabelecimentos turísticos, conforme figura 37.

Figura 37- Número de funcionários em empreendimentos turísticos.
Fonte: Xavier, 2009

A figura 38 demonstra os principais motivos que levaram os empreendedores a investir no turismo, foram assim, apresentados pelos entrevistados: 45% deles afirmaram que acreditam ser um setor promissor; 33% optaram devido ao grande potencial da região; outros 22% foram influenciados por amigos envolvidos com o assunto.

Figura 38 – Motivos para investimento em atividade turística

Fonte: Xavier (2009).

As questões a seguir (25 a 42) estão relacionadas aos assuntos ambientais junto aos empreendimentos turísticos.

Entre as propriedades visitadas, 61% delas fazem coleta e reciclagem de lixo, 11% respeitam a capacidade de carga máxima de turistas (definada pelo Imasul) e 28% delas não desenvolvem nenhuma prática considerada sustentável no empreendimento (figura 39).

Figura 39 - Práticas sustentáveis nos empreendimentos turísticos

Fonte: Xavier (2009).

Apenas uma propriedade visitada não tem licenciamento ambiental (6% do total), as outras (94%) estão licenciadas (figura 40).

Figura 40 - Possui licença do órgão ambiental/IMASUL?

Fonte: Xavier, 2009

A Figura 41 destaca 17 empreendimentos turísticos licenciados pelo IMASUL, 63% estão com Licença de Operação (LO), 37% em fase de Renovação de Licença de Operação (RLO).

Figura 41 - Qual o Tipo de Licença ambiental no estabelecimento?

Fonte: Xavier, 2010

A figura 42 mostra a localização dos 20 empreendimentos nas margens do rio Formoso, Bonito, MS.

Figura 42 - Empreendimentos turísticos localizados às margens do rio Formoso/Bonito,MS.
Fonte: IMASUI/ Xavier (2009)

Entre as propriedades visitadas, apenas um empreendimento encontra-se em processo de licenciamento, mencionado anteriormente, todos os outros possuem licença ambiental e capacidade de carga diária definida pelo Imasul. Somente um destes empreendimentos tem permissão para receber até 1.000 pessoas/dia, dois podem recepcionar até 750 pessoas/dia, os demais com números inferiores, conforme Tabela 3.

Tabela 3. Empreendimentos turísticos totalizados às margens do rio Formoso: área, modalidade, capacidade suporte

Empreendimento	Área (ha)	Modalidade do empreendimento	Capacidade Suporte (pessoas. d ⁻¹)
A	8.400	Turismo ecológico, pecuária e agricultura.	136
B	31,7	Passeio pela trilha e flutuação	80
C	54	Balneário	750
D	704	Passeio ecológico, flutuação e mergulho autônomo e pecuária.	150
E	27,8	Pousada, balneário, passeio de boia cross, flutuação e arborismo	325
F	4	Balneário e caminhada pelas trilhas	1.000
G	10,5	Balneário e Camping	323
H	9,4	Pousada, passeio pelas trilhas e banho no rio	30
I	490	Passeio pelas trilhas, flutuação e agropecuária.	100
J	83	Balneário, camping e pecuária.	110
L	28,6	Pousada, passeio na trilha e banho no rio Formoso.	65
M	80	Passeio ecológico, flutuação.	200
N	50	Pousada e banho no Rio Formoso	80
O	300	Pousada, passeio ecológico e pecuária.	234
P	150	Pousada e banho no Rio Formoso	36
Q	35	Passeio ecológico	320
R	36	Passeio ecológico	120
S	160	Balneário e passeio pela trilha	750
T	2,6	Balneário, camping e passeio ecológico	Em processo de licenciamento
U	209	Arborismo e banho no Rio Formoso e pecuária.	60

Fonte: Xavier, 2009.

A pesquisa apontou que 61% dos proprietários dos empreendimentos turísticos entrevistados estão satisfeitos com a capacidade de carga diária concedida pelo o IMASUL. Os demais, 39%, relataram sua insatisfação, por entenderem que suas estruturas comportam cargas diárias superiores àquelas concedidas, afirmando que o órgão licenciador poderia melhorar as condições de monitoramento e fiscalização, minimizando a burocracia e agilizando os processos de licenciamento.

Entre os visitantes dos empreendimentos pesquisados, 94% são brasileiros e 6% estrangeiros. A procedência dos turistas foi apontada: 28% do estado de S.Paulo (é o maior emissor de turistas para o município); 20% do Mato Grosso do Sul; 36% do Paraná e Rio Grande do Sul, respectivamente; e 16% do Rio de Janeiro (Figura 43). No contexto desta pesquisa, a região Sudeste é responsável por 44% da emissão de turistas para a área estudada; região Sul por 36% e o Centro Oeste por 20%.

Figura 43 - Origem dos turistas que visitam Bonito, MS.

Fonte: Xavier (2009).

Desse fluxo, 33% costumam pernoitar no local quando este oferece hospedagem, 67% passam apenas o dia no atrativo, preferindo dormir nos hotéis e pousadas da área urbana de Bonito. Esses turistas desfrutam a infraestrutura e as dependências do empreendimento e, no final da tarde, voltam à cidade para, no dia seguinte, visitar outro ponto turístico da região. A média de permanência dos turistas na região é de 3 dias.

Todos os empreendimentos turísticos têm fossas sépticas instaladas, indicando certa consciência ecológica. Entretanto, ainda são poucas as práticas relacionadas à

sustentabilidade ambiental incrementadas nos empreendimentos turísticos. O que vem acontecendo nos últimos anos, são as ações desenvolvidas por instituições públicas que cuidam das questões ambientais, orientando os empresários sobre o assunto, notificando-os a regularizar os empreendimentos e, às vezes, autuando quando não cumprem a legislação. Essas ações contribuem para redução da degradação.

Questionados sobre a existência do Projeto Formoso Vivo, 88% dos entrevistados nas propriedades turísticas disseram conhecer o mesmo, apenas 12% deles afirmaram desconhecer o assunto, indicando o grande alcance do mesmo no município, como se pode ver na figura 44.

Figura 44 - Conhece o Projeto Vivo?

Fonte: Xavier, 2009.

A figura 45 mostra que 17% dos empreendedores avaliaram o Projeto como regular, 28% como bom e 55% como ótimo. Para os entrevistados, as ações do Projeto foram importantes, pois, além de terem trazido esclarecimentos sobre o turismo e sobre a necessidade de conservação ambiental, acarretaram certos limites às intervenções nas áreas de preservação ambiental.

Figura 45 - Avaliação do projeto Formoso Vivo

Fonte: Xavier, 2009.

Destes mesmos entrevistados, 44% disseram que não sofreram penalidades por parte do Ministério Público, porque não haviam cometido nenhuma infração, como exemplo desmatamento, construções em áreas de preservação permanente, entre outras; enquanto 56% deles confirmaram penalidades, tendo que pagar pelo dano causado ao meio ambiente, investindo em viveiro de mudas municipal, reflorestando a sua propriedade, aumentando a Reserva Legal, licenciando as atividades turísticas entre outras ações (figura 46).

Figura 46 – A propriedade sofreu penalidade por inadequação ambiental

Fonte: Xavier, 2009

Todos os empreendedores entrevistados afirmaram que o Projeto Formoso Vivo trouxe benefícios para suas propriedades e para o município de Bonito como um todo.

Pode-se dizer que o turismo foi introduzido como atividade não-agrícola em Bonito, município que tinha até o início dos anos de 1990, a pecuária como a sua principal atividade econômica. A área foi passando por um processo de diversificação decorrente do presente momento histórico tendo o turismo como responsável por diversas modificações sociais, econômicas e ambientais locais. Os recursos naturais abundantes atraíram novos empreendimentos, construção de infra-estrutura, ocorrendo aquecimento da economia e geração de empregos.

Os 18 empreendimentos turísticos visitados representam, de maneira significativa, exemplos de toda essa transformação em curso. A maioria de seus proprietários tem idade entre 50 e 55 anos e não são nascida em Bonito, muitos oriundos da região Sul do país, com ensino superior.

Levando em consideração os aspectos relacionados à idade e ao nível de instrução, pode-se supor que estes proprietários sejam, provavelmente, pessoas experientes, qualificadas e com objetivos definidos quanto aos empreendimentos turísticos que estão implementando, com propósitos evidentes de permanecer em suas propriedades, remodelando-as para atender aos visitantes que buscam este espaço rural, dinamizando a economia local.

Entre 1990 e 2000 aconteceu um período de grande efervescência imobiliária em Bonito (quando muitas fazendas foram compradas), dando origem a uma divisão das propriedades agropecuárias em porções menores de terra que passaram a desenvolver a atividade turística presente em 67% dos empreendimentos pesquisados.

Além do turismo, há propriedades com diversificação de atividades como pecuária, agricultura, extrativismo mineral. A maioria está localizada em áreas próximas do centro urbano de Bonito entre 5 e 10 km, concentrando-se na margem esquerda do rio Formoso em terrenos apropriados para a implantação de equipamentos de lazer e serviços receptivos de visitantes.

O curso d'água é o grande atrativo, apreciado para banhos, flutuação e passeios de bote. Outra prática usual é a caminhada pelas trilhas das matas. A presença de cavernas relacionadas ao relevo cárstico da região é um atrativo muito procurado.

A demanda turística de Bonito, em especial da área pesquisada, é, em grande parte, formada por brasileiros e procedente da região Sudeste do país. Os turistas que vêm conhecer Bonito buscam nas paisagens naturais, algo diferente de seu local de residência, geralmente as cidades. Para Rodrigues (1999), a natureza é vendida como capaz de devolver ao homem a paz e a tranquilidade roubadas pela vida cotidiana dos grandes centros urbanos.

Com o advento do turismo, 82% das propriedades sofreram intervenções inadequadas em áreas de APP, sem licença ambiental. Com as iniciativas do órgão ambiental, os empreendimentos foram se adequando e regularizaram seu licenciamento ambiental, com poucas exceções, buscando respeitar a capacidade de carga máxima/turista/dia definida pelo Imasul. Os empresários do turismo local, provavelmente, compreenderam que precisam conservar os recursos naturais existentes, pois sem eles não haverá expansão do setor.

A atividade turística se adequou às formas espaciais pré-existentes, com muitos recursos paisagísticos que são consagrados pelos visitantes de Bonito, considerado o principal destino de ecoturismo brasileiro. O turismo promoveu uma valorização das propriedades pesquisadas.

O turismo tem caráter multifacetado, com implicações sociais, econômicas e ambientais. Os principais impactos positivos da atividade turística em Bonito levantados foram: geração de emprego e renda com a dinamização da economia local.

Os impactos negativos do turismo também foram detectados sendo dignos de destaque aqueles que dizem respeito aos recursos hídricos existentes na região, principalmente na bacia do rio Formoso, bem como aqueles relacionados à vegetação natural e à vida. Com o maior fluxo de turistas, os recursos água e vegetação, certamente, são os mais afetados, precisando de cuidados especiais.

Para que este cenário, com uma paisagem diferenciada, não entre em processo acelerado de degradação pelo uso inadequado, é necessário respeito à capacidade de carga do meio, prevenindo e minimizando os impactos ambientais decorrentes do turismo neste ambiente que apresenta fragilidades. É necessário o incremento de ações que reduzam

as pressões destrutivas sobre o ambiente, sobre a integridade cultural e qualidade de vida da população local. As ações direcionadas para o

desenvolvimento do turismo sustentável necessitam apoiar-se em estudos que avaliem seus impactos positivos e negativos, dimensionando, de forma sistêmica, as variáveis econômicas, sociocultural e ambiental (CUNHA e CUNHA, 2005, p.5).

É relevante o papel dos órgãos ambientais locais, bem como, o encaminhamento da atividade turística em condições sustentáveis, evitando-se a exploração inadvertida dos recursos naturais, desconsiderando-se o seu esgotamento.

Para que o turismo em Bonito se mantenha vivo, é desejável que os novos empresários e o poder público desenvolvam parcerias direcionadas para uma gestão ambiental da área voltada para sustentabilidade.

O turismo praticado em Bonito tem aumentado cada vez mais e essa crescente demanda pressiona os recursos ali existentes, exigindo-se uma análise sobre os rumos que a atividade tomará na região, visando a conservação ambiental com o desenvolvimento da economia local. É preciso evitar a transformação inadequada dos atrativos paisagísticos e culturais, descaracterizando-os.

O turismo em Bonito pode ser encarado como uma atividade econômica ambivalente, trouxe benefícios para o município, mas pressiona o ambiente local com características frágeis. Por outro lado, é relevante o seu papel conservacionista quando bem conduzido, evitando-se a massificação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa teve como principal objetivo demonstrar as implicações da atividade turística e do processo de licenciamento ambiental, em Bonito, MS, tendo como estudo de caso a faixa contínua do Rio Formoso, no período de 1996 a 2008. A investigação buscou informações sobre as ações implementadas pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul/IMASUL com o propósito de adequar o uso e funcionamento de 18 empreendimentos turísticos, levantando dados referentes ao licenciamento ambiental, procurando detectar as principais mudanças ocorridas naquele espaço. Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e qualitativa.

A bacia hidrográfica do Rio Formoso vem passando, há alguns anos, por um processo de alteração de suas margens que foi intensificado quando parte dos donos de terras do local desmembraram suas propriedades em porções menores as quais foram comercializadas para a implantação do turismo. A expansão dessa atividade econômica trouxe a valorização da terra e da paisagem, sobretudo às margens do rio Formoso, mas ao mesmo tempo, causou impactos indesejáveis.

Embora tenha ocorrido um incremento do turismo na região estudada, muitos empreendimentos iniciaram seus serviços sem licença ambiental, em desacordo com a legislação, promovendo, também, várias intervenções em área de APP, confirmando a hipótese levantada por esta pesquisa. As intervenções foram implementadas em função da demanda turística que busca a beleza da região, a biodiversidade do bioma Cerrado, da Floresta Estacional, das matas de galeria e as águas cristalinas da densa drenagem da região.

Analisando a área de estudo, pode-se dizer que, no decorrer do tempo, o espaço e seus recursos foram sendo apropriados pela sociedade por meio do trabalho e modificando-se, surgindo novos arranjos espaciais com objetos que, gradativamente, passam a ter outras funções, novos padrões e adquirem novos valores (SANTOS, 1997). Neste caso, o turismo tem desempenhado papel importante como agente transformador das propriedades às margens do rio Formoso, que se dedicavam, anteriormente, à pecuária e à lavoura, agora incorporaram outra atividade econômica que gera uma reorganização do espaço geográfico.

Observou-se, no decorrer desta pesquisa, evidências do comprometimento por parte dos atores hegemônicos locais, ligados à administração municipal e ao órgão ambiental/Imasul em relação ao desenvolvimento de um projeto de turismo devidamente licenciado e de acordo com a legislação ambiental vigente. As vistorias feitas pelos técnicos do Imasul nos empreendimentos turísticos pesquisados na bacia do rio Formoso e a implementação do projeto Formoso Vivo contribuíram, de maneira significativa, para esclarecimentos sobre os impactos da atividade e para o estabelecimento de um processo de adequação ambiental com vistas a um desenvolvimento mais sustentável da região.

Turismo é um fenômeno que se expandiu, provavelmente, de forma irreversível em Bonito. Os principais impactos negativos do turismo detectados dizem respeito, principalmente, aos aspectos ambientais com vários estabelecimentos funcionando sem licença com construções instaladas nas margens do rio Formoso, área que deve ser preservada e reflorestada. O processo de divisão das propriedades em porções menores acarretou um adensamento de edificações e um uso mais intenso dos recursos hídricos (banho e pesca) iniciando-se um processo de comprometimento para o futuro. A fauna e a flora estão também sofrendo impactos com a presença, cada vez mais intensa, dos turistas.

Os principais impactos positivos do turismo às margens do rio Formoso, resultantes das ações conjuntas entre instituições públicas e organizações não governamentais foram: legalização das atividades turísticas no órgão ambiental, evidenciando-se maior controle do estado; retirada de algumas estruturas instaladas em área de preservação permanente; recomposição da mata ciliar; legalização da Reserva Legal nas propriedades; exigências de elaboração e envio de relatório de monitoramento semestral ao órgão ambiental; definição do limite da capacidade de carga nos passeios terrestres e aquáticos acompanhados por guias credenciados. Outros benefícios advindos da implementação do turismo em Bonito relacionam-se à geração de divisas para o município; a criação de empregos para uma grande parte da população local; criação do Conselho Municipal de Turismo- COMTUR, para formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal de meio ambiente; legislação específica para dar suporte à atividade turística.

As medidas mitigadoras aplicadas, em Bonito, trouxeram melhoramentos para a população, para o meio ambiente e para os visitantes, incentivando a proteção das atrações naturais. Assim, a conservação da natureza nas propriedades visitadas está sendo, gradativamente, garantida pelas iniciativas dos órgãos ambientais envolvidos, embora haja necessidade de ampliação e continuidade da atuação dos mesmos em relação aos empreendimentos já existentes e implementação de ações preventivas e orientadoras para aqueles que ainda serão implantados.

Grande parte das estratégias direcionadas para a conservação ambiental surgiram em decorrência da necessidade urgente de manter e conservar os atrativos naturais – matéria-prima do turismo, atendendo uma demanda cada vez maior de visitantes. Os moldes de gestão turística e ambiental, observados em Bonito, indicam a presença orquestrada dos poderes públicos e privado que estimulam a diversificação da economia local, trazendo, sim, benefícios socioambientais.

Também ficou bem claro que a sociedade local pode ter uma nova relação com a natureza por meio da atividade turística, procurando passar por um processo de apropriação do espaço mais conservacionista e inclusivo. Bonito já é uma referência nacional e pode aproveitar seu potencial para incrementar um turismo ambientalmente saudável e compromissado com a sustentabilidade.

Diante desses efeitos, o planejamento da atividade se faz necessário, tanto para acelerar e maximizar os efeitos positivos da atividade, quanto e, principalmente, para que os efeitos negativos sejam mitigados. Conforme Ruschmann (1997) é preciso que o meio ambiente e o turismo encontrem um ponto de equilíbrio, para que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa da sua degradação, sendo o planejamento, desse modo, essencial.

Turismo responsável inclui políticas públicas com planejamento integrado em níveis nacional, regional e local, principalmente, para o zoneamento, uso e ocupação do solo e de áreas protegidas, incentivos e códigos de ética e de conduta empresarial, diretrizes setoriais para o mercado, campanha de educação dos visitantes e da população local (MMA, 2009).

Este estudo buscou a compreensão do lugar, de suas diferentes partes e aspectos, o espaço geográfico da faixa contínua do Rio Formoso e, assim, trouxe à tona suas

individualidades e singularidades, evidentemente, sem esgotar o assunto, oferecendo uma contribuição com informações fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística da região, dentro de uma abordagem exploratória, descritiva e qualitativa.

4.1 Recomendações

O turismo deve ser bem planejado, com regulamentações e instrumentos adequados para sua gestão. As atividades turísticas são encaradas como atividades que necessitam da natureza e dela dependem para se reproduzirem. Como o meio natural é complexo e heterogêneo, os estudos devem ser elaborados e analisados por equipe técnica multidisciplinar, dentro de uma abordagem capaz de minimizar prejuízos e mitigar ações preventivas em relação ao uso e ocupação do espaço.

Para o planejamento integrado da região geográfica estudada, são sugeridas medidas para prevenir e/ou minimizar os impactos decorrentes do turismo, considerando as premissas:

- desenvolvimento e manutenção da qualidade dos recursos do meio ambiente, não colocando em risco a natureza, respeitando a capacidade de carga;
- turismo organizado com a participação da população local;
- ajuste na distribuição dos benefícios econômicos advindos das atividades turística;
- promoção de atividades turísticas que desestimulem a segregação sócio-espacial, incentivando a oferta eqüitativa de equipamentos receptivos;

Considerando as premissas acima, recomenda-se diretrizes específicas para o desenvolvimento turístico nas margens do rio Formoso:

Continuidade do processo de licenciamento ambiental, buscando um relacionamento nas esferas nacional, estadual e municipal;

Determinação de tendências do desenvolvimento turístico a serem incentivadas, realizando, continuamente, um inventário da ocupação da bacia do rio Formoso, determinando-se áreas destinadas ao equipamento turístico público e áreas de proteção ambiental destinadas a preservação da fauna e da flora da região;

Manutenção de um controle rígido (já realizado) da qualidade da água de toda bacia do rio Formoso e região, com divulgação dos resultados a população.

Considerando que a área de estudo tem um inegável potencial, é interessante ressaltar que o aspecto mais importante demonstrado nesta pesquisa foi o de que o turismo pode representar uma alternativa viável para a implementação do desenvolvimento, desde que aconteça dentro de uma perspectiva sustentável, minimizando-se os seus impactos e, principalmente, incorporando as populações locais, transformando-as em sujeitos do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. de P. **Segmentação do Turismo no Pantanal Brasileiro**. Campo Grande, MS: UFMS, 2007. 151 p.

ANA – Agência Nacional de Águas. **Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado do Pantanal e da Bacia do Alto Paraguai**. Brasília-DF: ANA/GEF/PNUMA/OEA. 2004. p.41 – 85.

_____. **Suproeto Elaboração do Diagnóstico Analítico do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai- DAB. Projeto GEF Pantanal/Alto Paraguai**. ANA/GEF/PNUMA/OEA. Brasília, 2003. p.52 -71.

_____. <http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/planejamento/planoderecursos/pnrh.aspx> **Data de acesso: 02/9/2011.**

BARBOSA, M. A. C. e ZAMBONI, R. A. **Formação de um ‘Cluster’ entorno do Turismo de Natureza Sustentável em Bonito, MS**. Texto para discussão nº772. Brasília: IPEA, 2000. http://getinternet.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0772.pdf<acesso25set2011>

BATISTA, C. L., **Planejamento Territorial do Turismo: uma estratégia para Aquidauana, MS**. In: **Turismo Diversidade de Olhares e Experiências** (Organizadores: Antonio Firmino de Oliveira Neto e Patrícia Bassinello, Campo Grande MS: UFMS, 2010. p. 221 à 244.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazonia Legal (Brasília, DF). **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (Pantanal)**. Brasília: PCBAP: análise integrada e prognóstico da Bacia do Alto Paraguai. 1997.p.21 – 27.

_____. Agência Nacional de Águas. **Boletim de Monitoramento da Bacia do Alto Paraguai, Superintendência de Usos Múltiplos**. Brasília/ DF:ANA, 2009. p.119.

_____. **Lei 4.504**, de 30 de novembro de 1.964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L4504.htm>> Acessado em 24 de out. de 2007.

_____. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. Brasília: Ministério do Turismo,2003.http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf<acesso28set2011>

BEHR, M.F.V. **Serra da Bodoquena: história, cultura, natureza**. Campo Grande: Free, 2001. 143 p.

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. 6ª. ed. São Paulo: Senac, 2006.

BOGGIANI, P.C.; CLEMENTE, J. A questão do licenciamento ambiental de empreendimentos turísticos no Planalto da Bodoquena. Dourados, MS. **Revista de Geografia**. Dourados, MS. v.9, p.24 - 32, 1999.

BONITO. **Lei Municipal nº 989 de 9 de dezembro de 2003**. Estabelece limitações ambientais como forma de conservação de natureza, proteção do meio ambiente e defesa das margens nas áreas das bacias hidrográficas dos rios Formoso, Prata e Peixe, no município de Bonito – MS. Disponível em: <http://www.bonitobrazil.com.br/fotos/arquivos/2257.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo**. Brasília, 2010. disponível em http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/index.html <Acessado em 12 de maio de 2010>

CIFUENTES, M. **Determinación de Capacidad de Carga Turística em áreas protegidas**. Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza. Turrialba: CATIE, 1992. p.25 – 72.

COOPER, Ch.; FLETCHER, J.; FYALL, A.; GILBERT, D.; WANHILL, S. **Turismo: princípios e práticas**. S. Paulo: Bookman, 2007.

CÓDIGO FLORESTAL. **INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA-IEF/RJ. Lei nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Diário Oficial, Brasília, 16 set. 1965. Disponível em: <<http://www.redegoverno.gov.br>>. Acesso em: 2 fev. 2008.

CONAMA - CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Classificação das águas**, doces, salobras e salinas Oficial, Brasília, 30 jul. 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama>>. Acesso em: 10 mar. 2008. do Território Nacional. Resolução nº 20, de 18 de junho de 1986. Diário.

_____. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. **Resolução nº 302, de 20 mar. 2002**. Diário Oficial, Brasília, 13 maio 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

_____. **Resolução 001, de 23.01.1986**. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. Acesso em: 24 fev. 2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do local ao Global: O turismo Litorâneo Cearense**. Campinas, SP: Papirus, 1998 (Coleção Turismo).

COSTA, J; RITA, P. ; ÁGUAS, P. **Tendências internacionais em turismo**. Lisboa: Lidel, 2001. p.2.

CRUZ, R. de C.A. da Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, 2005. p.27-43.

DIAS, J. A região cárstica de Bonito, MS :uma proposta de zoneamento geoecológico a partir de unidades de paisagem. **Ensaio e Ciência**.. Campo Grande, MS, 2000. v.4 n.1, 19-43p

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: Política e desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003. 163 p.

_____. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 1998. p.20 – 35

CUNHA, S. K. E; CUNHA, J. C. da. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. **Revista de administração contemporânea**. vol.9 no.spe2 Curitiba 2005. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552005000600006&script=sci_arttext> Acesso em 10 nov 2010.

DUARTE, J. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2002. <http://xa.yimg.com/kg/groups/21729374/795258217/name/Entrevista+em+profundidade.doc>. Acesso 11 set 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO - EMBRATUR. **Turismo sob a ótica dos monitores municipais**. Brasília, DF, 1996. 45 a 78.

_____. **Retratos de uma caminhada**: Programa Nacional de Municipalização do Turismo/PNMT: 8 anos. Elaborado pela Gerência de Programas Nacionais; Supervisão de Projetos de Descentralização. Brasília/DF: EMBRATUR, 2002. p. 2 – 67.

_____. **Centro Nacional de Pesquisa de Solos Rio de Janeiro, Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Brasília: Embrapa Produção de Informação; RJ; Embrapa Solos, 2006. 21 a 45.

GRAZIANO DA SILVA, J. et al. A evolução da agricultura familiar e do agrobusiness nos anos 90. Campinas: Unicamp, 1998.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -. **Censo Demográfico 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel>. Acesso em: 3 out. 2010

IMASUL – Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. **Unidades de Conservação**, em MS. Disponível: <http://200.181.116.50/downloads/dados_complementares/> Acesso em: 31 out. 2008.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n.118, p.189-205, março/2003. <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf> <acesso 28 set 2011>

LAGE, B.H.G.; MILONE, P.C. Impacto socioeconômico global do turismo. In: LAGE, B.H.G.; MILONE, P.C. (Org.) **Turismo: Teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. p.118–226.

_____. Economia do turismo. Campinas: Papirus, 1991. p 12 – 35.

LOPES, C.H. O cenário do turismo internacional. **Turismólogo in Focco**. São Paulo, 2006. v.4, n.18, 32-35p.

LOUBET, L.F.; PAULINO, E.R.M; CONTANTINO, R. **Projeto Formoso Vivo** – A aplicação do direito ambiental para a conservação da biodiversidade na bacia hidrográfica do Rio Formoso em Bonito/MS. Disponível em: <<http://www.mp.ms.gov.br/portal/formosovivo>> Acesso em: 20 out. 2008.

_____. Projeto Formoso Vivo, Ação Civil Pública Por Danos Ambientais E Para Implementação De Unidade De Conservação, nas margens do Rio Formoso – 2004. http://www.mpambiental.org/arquivos/pecas/Acao_Civil_Publica_-_formoso_vivo_-_Ilha_e_Aquapark_implementacao_UC_e_APP_%5B1%5D.pdf. Disponível em: <<http://www.atratur.com.br/legislacao.php>. Acesso em: 29 maio 2010.

MACHADO, P.A.L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 8 ed. Revista Atualizada. São Paulo: Malheiros Editores, 2000. p.14 – 75.

MARIANI, M. A.P. **Geografia e turismo no paraíso das águas: o caso de Bonito**. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. S.Paulo: USP, 2001. 265 p.

MATTOS, A. **Diretrizes para o dimensionamento do número de unidades habitacionais de hotéis resort**. 2004. 108p. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente. SEMA/MS. LEI 1.871/98 Estabelece a forma de conservação da natureza, proteção do meio ambiente e defesa das margens nas áreas contíguas aos Rios da Prata e Formoso, e dá outras providências. In: MORELLI, S. L. **Legislação Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul**. 2 ed. Revista Ampliada. 2001. p.130 -132.

_____. Lei n. 2.223, de 11 de abril de 2001. **Responsabiliza os proprietários e arrendatários de imóveis rural e urbano, pela poluição hídrica dos rios-cênicos, e**

dá outras providências. In: MORELLI, S. L. **Legislação Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul.** 2 ed. Revista Ampliada. 2001. p.166 -168.

_____.Secretaria de Meio Ambiente (Sema). **Decreto nº 11.408, de 23 de setembro de 2003, que disciplina o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades localizados nas áreas de preservação permanente, e dá outras providências. Legislação Estadual de Meio Ambiente. Associação dos Proprietários de Atrativos Turísticos da Região de Bonito e Região(Atratur). Campo Grande-MS, 2003c.** Disponível em: <<http://www.atratur.com.br/legislacao.php>. Acesso em: 29 maio 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Programa Nacional de capacitação de gestores ambientais:** Módulo específico licenciamento ambiental de estações de tratamento de esgoto e aterros sanitários Ministério do meio ambiente – Brasília:MMA, 2009. 67p.

_____. Programa Nacional de capacitação de gestores ambientais: **licenciamento ambiental/ ministério do meio Ambiente** – Brasília: MMA, 2009. 90p.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo:** diretrizes, metas e programas – 2003/2007. Brasília, 2003. p.23 - 67. disponível emhttp://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/index.htmlAcessado em 12 de maio de 2010.

MORELLI, S.L.(Org.). **Legislação Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul.** 2 ed. Campo Grande: Ministério Público de MS, 2001. 544p.

OLIVEIRA, M. T. C. de. **Bonito pra quem? Um estudo sobre o destino turístico do Mato Grosso do Sul:** situação atual e perspectivas. Dissertação de Mestrado. FFLCH. USP, 2010. 192p.

PARANHOS FILHO, A. C. **Localização da bacia hidrográfica do rio Formoso, MS.** UFMS, 2009.

PLANO DE CONSERVAÇÃO DA BACIA DO ALTO PARAGUAI (PCBAP). **Programa Nacional do Meio Ambiente** . Brasília: PNMA, 1997. v. 3. p. 12 – 57.

PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – **PEHR.** Campo Grande, MS, 2010.

PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – **PNHR.** Brasília,DF, 2011.

PIRES, B.C.C. Gestão de agências de ecoturismo e sua inserção no contexto da sustentabilidade. In: **Turismo – Visão e ação.** Florianópolis, 1999. p. 51-79

PIRES, A. Ruralidades em transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio. S.Paulo: Annablume, 2007.

PIVATTO, M.A.C.A. **História de Bonito.** PIVATTO, 2000 (Site do COMTUR). Disponível em: < www.bonitoms.com.br>. Acesso em: 25 abril 2009.

PRODETUR. **Infra-estrutura e seus reflexos no turismo.** Área de Operações Industriais 2 – AO2. no.6. Brasília: Gerência Setorial de Turismo. 1999.

PROJETO GEF Pantanal/Alto Paraguai (ANA/GEF/PNUMA/OEA). **Programa de ações estratégicas para o gerenciamento integrado do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai** – Tiassul, 2004.p. 23 – 76.

PROSERPIO, R.O. **Avanço das redes hoteleiras internacionais no Brasil:** 1994 – 2002.2002. Tese de Doutorado em (Ciência da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes. USP. São Paulo, 2002.

QUEIROZ, O.T.M.M. **Impactos das atividades turísticas em área de reservatório. Uma Avaliação sócio-ambiental do uso e ocupação na área da represa do Lobo, município de Itirapina/SP.** 2000. 123p Tese (Doutorado em Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada) - Escola de Engenharia de São Carlos, São Paulo, 2000.

_____. **Turismo paisagístico.** In: PANOSSO N., Alexandre e ANSARAH, Marília G. R. Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectiva. Barueri, SP: 2009.

RODRIGUES, A.A.B. **Turismo e Espaço:** rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1999. p.61 – 114.

REGO,L.A H. **Caracterização ambiental do rio Miranda e suas implicações na biologia dos camarões em Miranda,MS.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Dourados, UFMS, 2002. 25 a 62p.

RUSCHMANN, D.V.M. **O Planejamento do Turismo e a Proteção do Meio Ambiente.** 1994. 268p. Tese (Doutorado em Geografia Economia: Recreação, Turismo, Ecologia, Ecoturismo e Ecologia) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1994.

SABINO, J; ANDRADE, L.P. Uso e conservação da ictiofauna no ecoturismo da região de Bonito, Mato Grosso do Sul: o mito da sustentabilidade ecológica no Rio Baía Bonita (Aquário Natural de Bonito). **Biota Neotropica**, Bonito/ MS, v.3, n.2, p.1- 6, 2003.

SANTOS, M. **A Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1998. 14 – 75.

_____. **Território e sociedade.**São Paulo: Fundação Perseu Abramo,2000.p.21 – 45.

_____. **A natureza do espaço.** Técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. 17 – 65.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo, Nobel, 1994

SANSOLO, D. G. e CRUZ, Rita de C. A. da. Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica. Caderno Virtual de Turismo. Vol.3, no. 4 (2003).

SEMA/IMAP/Gerência de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul (coord.). **Bacia hidrográfica do Rio Formoso**. Campo Grande/ MS, 2002. p.51 - 70.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo – Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007**. Brasília/DF: MTUR, 2003. p.70 -80.

_____. **Plano estadual de recursos hídricos de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande,MS:UFMS, 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo no Brasil 2007-2010**. Brasília/DF: MTUR, 2007. Brasileira de Geologia.Goiânia/Go. 117p. (Boletim de Resumos).

SELLTIZ, Claire; WHRIGHTSMAN, Lawrence S.; COOK, Stuart Wellford. **Métodos de pesquisas nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987.

SILVA, J. F. da. Localização da sub-bacia do rio Miranda no Planalto da BAP,MS. 2011.

SPOSITO, E. S. **A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea**. Terra Livre.S.Paulo nº 16.p.99-112. 1ºSemestre/2001.http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:AH86CEHxAFYJ:scholar.google.com/+orienta%C3%A7oes+teorico+metodologicas+em+geografia&hl=pt-BR&lr=lang_pt&as_sdt=0,5.<acesso22set11>

TORRES, T.G.; PARANHOS F., A.C.; TERUYA J. H.; CORRÊA, L.C.; GARCEZ, A.J.S.; COPATTI, A. Utilização dos dados SRTM na geração dos limites da bacia hidrográfica do rio Formoso (Bonito, MS). In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO PANTANAL, 1. (GEOPANTANAL), 2006, Campo Grande. **Anais...** Campinas: Embrapa Informática Agropecuária; São José dos Campos: INPE, 2006. p. 145-154. CD-ROM. ISBN 85-17-00029-3. Disponível em: <<http://urlib.net/sid.inpe.br/mtc-m17@80/2006/12.12.13.49>>. Acesso em: 06 jun. 2010.

TRIGO, L. G.G; ALMEIDA, R. A.; LEITE, E.; MALCHER, M. A. Aprendiz de lazer e turismo. S.Paulo: IPSIS, 2007.

VIEIRA, J.F.L. **Voucher único**: um modelo de gestão da atividade turística em Bonito-MS. 2003. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica DomBosco,CampoGrande/MS.2003.Disponívelem:<http://www3.ucdb.br/mestrados/arquivos/dissert/362.pdf>. Acesso em: 21 abril 2009.

XAVIER, L.S.S. **Turismo no espaço rural do Pantanal**. Campo Grande, MS: UFMS, 2007. 111 p.

ZIMMERMAM, A. **Um modelo brasileiro**. Florianópolis: Ed. Autor, 1996. 67p.

APÊNDICE

Formulário com questionário aplicado aos propriedades de empreendimentos turísticos/ rio Formoso, Bonito, MS.

1. Nome do atual proprietário
2. Nome do antigo proprietário-
3. Idade do atual proprietário ( )
4. É natural do município de Bonito? ( ) sim ( ) não
5. É natural do MS? ( ) sim ( ) não - indique o município –
6. Você é proveniente de qual Estado brasileiro ( ) ou país ( )
7. Escolaridade ( ) ensino fundamental ( ) ensino médio ( ) ensino superior
8. Em que ano adquiriu a propriedade ( )
9. Localização da propriedade em relação ao Rio Formoso, ( ) margem esquerda ( ) margem direita ou ( ) parte na ilha.
10. Distância da propriedade em relação à área urbana de Bonito (em Km)- -----
11. Qual a extensão do Rio Formoso na sua propriedade ( ) menos de 50 metros ( ) mais de 50 metros ( ) mais de 100 metros ( ) outros. Quantos metros:-----
12. Além do rio Formoso, há outro(s) curso(s) d'água na sua propriedade? ( ) sim; ( ) não
13. Sua propriedade possui intervenções físicas na Área de Preservação Permanente-APP? ( ) sim ( ) não Quais—
14. Se a resposta for afirmativa, na ocasião em que adquiriu a propriedade essas intervenções já existiam? ( ) sim ( ) não
15. Na faixa de proteção especial às margens do Rio Formoso (150 metros) quantas e quais os tipos de estruturas existem? ( ) deck(s); ( ) ponte(s); ( ) edificação(ões); ( ) outras. Quais-----
16. Tais estruturas já existiam quando adquiriu a propriedade? ( ) sim não ( ).
17. Por que razão as mesmas foram construídas?-----
18. Como ficou sabendo da venda da propriedade? ( ) internet ( ) amigos ( ) imobiliária ( ) classificados ( ) outros. Quais?-----
19. Área total da propriedade na ocasião da compra-----ha;
20. Área total da propriedade na atualidade-----ha;
21. Considera ter realizado uma boa aquisição? ( ) Sim ( ) não ( ) . Por que?-----
22. Atividade (s) econômica (s) desenvolvidas na propriedade antes da aquisição; ( ) Pecuária ( ) agricultura ( ) Turismo ( ) mineração ( ) outras. Qual (is)-----
23. Atividade(s) econômica(s) desenvolvida(s) na propriedade hoje:( ) Pecuária ( ) agricultura ( ) turismo ( ) outras. Qual (is). Pousada, passeio e implantação de horta para consumo próprio e venda. Entre as citadas atividades, qual delas oferece maior retorno financeiro?-----
24. Quantos funcionários trabalham direto?-----
25. Por que resolveu optar pela atividade turística em sua propriedade? Possui experiência? Onde foi buscar informações e mão-de-obra específica?-----
26. Caso seja a atividade turística sua maior fonte de recursos financeiros, aponte algumas práticas sustentáveis usadas em seu empreendimento e que fazem sucesso, bem como outras práticas que não oferecem o retorno esperado.-----
27. O empreendimento turístico encontra-se licenciado junto ao IMASUL? ( ) Sim ( ) não
28. Se licenciado, qual o tipo de licença ambiental possui ( ) Prévia ( ) Instalação ( ) Operação ( ) Renovação.
30. Qual a capacidade de carga do seu empreendimento turístico?
31. Está satisfeito com a capacidade de carga do mesmo?

( ) sim ( ) não

32.Caso tenha respondido não, argumente sua insatisfação.

33.Você esta satisfeito com a atuação do órgão ambiental – IMASUL? ( ) sim ( ) não , porque?

34.Tem alguma sugestão para melhorá-lo?

35.Quantos segmentos turísticos são desenvolvidos no empreendimento ( ) um a dois ( ) três a quatro ( ) cinco a seis ( ) mais de seis.

36.Quais são esses segmentos turísticos?

36 .O empreendimento recebe mais turistas ( ) Brasileiros ( ) Estrangeiros.

37.Se respondeu brasileiros, quais os Estados de procedência dos mesmos?

38 Se respondeu estrangeiros, quais os países de maior procedência.

39.Os turistas que visitam seu empreendimento costumam pernoitar ?

( ) sim não ( ) . Caso não haja pernoite, quantas horas ali permanecem?

39.Qantos dias, em média, os turistas permanecem no empreendimento ( ) um a dois

( ) três a quatro ( )cinco a seis ( ) mais de seis.

40.Quantos turistas, em média, visitam o empreendimento por ano? -----%-----percentual de brasileiros:-----; de estrangeiros:

41.Fluxo de turistas em alta temporada (mensal e diária), em baixa temporada (mensal e diária).

42.Como é desenvolvido o Saneamento de seu empreendimento com relação ao lixo e esgoto?

Lixo: possui coleta seletiva ( ) sim ( ) não; se SIM onde entrega os materiais recicláveis?

43.Esgoto: possui fossa séptica e sumidouro ( ) sim ( ) não; quantos? FS( ) e SU ( );

Qual a distância entre o Sumidouro e a margem do Rio Formoso?

44.Conhece o Projeto Formoso Vivo, de iniciativa do Ministério Público Estadual, em Bonito? ( ) sim ( ) não

45.Esse projeto envolveu sua propriedade: ( ) sim ( ) não.

46.Se a resposta for afirmativa, quais foram os benefícios proporcionados: ( ) reflorestamento; ( ) doação de muda ; ( ) palestras educativas ( ) outros . Quais?----- 46.O projeto lhe exigiu algum tipo de compensação ambiental?

( ) sim ( ) não

47.Se a resposta for afirmativa, qual(is) tipo(s) de compensação(ões)?----- 48.Se houve reflorestamento, está ocorrendo o monitoramento das mudas? Quem ou quais instituições desenvolvem o monitoramento?

49Como você avalia esta ação?

(nota de 0 a 10).....

50.Você sofreu alguma penalidade por parte do Ministério Público Estadual ou pelo Órgão Ambiental Estadual ( ) sim ( ) não. Porque-----

51.Comentário livre do entrevistado

Nome do entrevistado